

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

VINÍCIUS ALEXANDRE PEREIRA SALDANHA

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FACE DO MERCADO DE
TRABALHO: UM ESTUDO DO SENAC DE MONTES CLAROS –
MG, 2006 - 2016.

Montes Claros - MG
Abril de 2018

VINÍCIUS ALEXANDRE PEREIRA SALDANHA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FACE DO MERCADO DE
TRABALHO: UM ESTUDO DO SENAC DE MONTES CLAROS –
MG, 2006 - 2016.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, da Universidade Estadual de Montes Claros, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo

Coorientador: Prof. Dr. Geraldo Antônio dos Reis

**Montes Claros - MG
Abril de 2018**

VINÍCIUS ALEXANDRE PEREIRA SALDANHA

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FACE DO MERCADO DE
TRABALHO: um estudo do SENAC de Montes Claros – MG, 2006 -
2016.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, da Universidade Estadual de Montes Claros, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial.

BANCA EXAMINADORA

Luiz Antônio de Matos Macedo, Prof. Dr. – Presidente
Universidade Estadual de Montes Claros

Geraldo Antônio dos Reis, Prof. Dr. - Examinador Interno
Universidade Estadual de Montes Claros

Roney Versiani Sindeaux, Prof. Dr. – Examinador Interno
Universidade Estadual de Montes Claros

Giovanni Campos Fonseca, Prof. Dr. – Examinador Externo
Universidade Federal de Minas Gerais

Montes Claros - MG
Abril de 2018

*A todos que apoiaram a
concretização desta pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se encerra... E a conclusão deste só foi possível graças ao apoio de algumas pessoas que se tornaram indispensáveis, endereço minha gratidão:

Ao Prof. Luiz Antônio de Matos Macedo, meu orientador neste trabalho, por todo o conhecimento, apoio, dedicação e profissionalismo para composição deste trabalho.

Ao Prof. Geraldo Antônio dos Reis, meu coorientador neste trabalho, pelas reflexões quanto à viabilidade desta pesquisa por meio de suas valiosas sugestões.

Ao SENAC por possibilitar a realização deste trabalho.

Aos entrevistados pela disponibilidade, atenção e interesse demonstrado durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao amigo João Guilherme Magalhães, com quem tive a oportunidade de trocar conhecimentos que foram fundamentais para a minha formação.

Aos familiares e amigos por todo apoio e motivação.

No imaginário popular, acredita-se que os mais altos níveis de escolaridade estão sempre associados a melhores empregos e a profissões mais requisitadas. As relações entre trabalho, emprego, escola e profissão são muito mais complexas do que se pode imaginar, por isso requerem um esforço de reflexão mais aprofundada.

Silvia Maria Manfredi

RESUMO

A Teoria do Capital Humano afirma que investimentos em educação, treinamento e saúde podem aprimorar os conhecimentos e habilidades para o trabalho, elevando a produtividade e a renda dos indivíduos, conseqüentemente incrementando o crescimento econômico. Em particular, a Educação Profissional é um dos caminhos para que o indivíduo possa aprimorar suas habilidades e adquirir competências profissionais que os tornem aptos a desenvolver atividades laborais. Dentro desse contexto, por meio de uma pesquisa empírica da atuação do SENAC em relação ao mercado de trabalho, este estudo teve como objetivo analisar as sinergias entre a educação profissional e o mercado de trabalho, particularmente de profissionais de comércio e serviços, no que concerne à atuação do SENAC na cidade de Montes Claros, no período de 2006 a 2016. Para o alcance do objetivo, utilizou-se da abordagem qualitativa descritiva, por meio de: pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Utilizou-se de entrevistas não estruturadas de modalidade focalizada, a fim de analisar a percepção dos gestores do SENAC quanto à educação profissional, mercado de trabalho, políticas de fomento e atuação da unidade. As entrevistas foram analisadas pelo método de conteúdo. Adiante, realizou-se análise da capacidade de resposta da instituição em atender às demandas do mercado. Para tal, mensurou-se a oferta de cursos pelo SENAC e por outro lado as demandas do mercado, com dados do CAGED, SINE e questionários aplicados a empresas dos setores de comércio e serviços. Aplicou-se o método de Correlação de Pearson (por meio do *software* Stata®) para mensurar a associação oferta e demanda. Os resultados obtidos, em linhas gerais, é que a educação profissional facilita ao indivíduo sua inserção no mercado de trabalho no curto prazo, e o SENAC contribui de forma positiva para atender as demandas do mercado.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Mercado de Trabalho; Capital Humano.

ABSTRACT

The Human Capital Theory states that investments in education, training and health can improve the knowledge and skills for work, raising productivity and income of individuals, consequently increasing economic growth. In particular, vocational education is one of the ways for individuals to improve their skills and acquire professional skills that enable them to develop work activities. Within this context, the objective of this study was to analyze the synergies between professional education and the labor market, particularly trade and service professionals, through an empirical research on SENAC's work in relation to the labor market. to the performance of SENAC in the city of Montes Claros, from 2006 to 2016. To reach the objective, the qualitative descriptive approach was used, through: bibliographical, documentary and field research. It was used unstructured interviews of a focused modality, in order to analyze the SENAC managers' perception of professional education, job market, promotion policies and unit performance. The interviews were analyzed using the content method. The analysis of the institution's capacity to respond to the demands of the market was analyzed. To this end, the supply of courses was measured by SENAC and, on the other hand, the demands of the market, with data from CAGED, SINE and questionnaires applied to companies in the commerce and services sectors. The Pearson Correlation method (using Stata® software) was applied to measure the supply and demand association. The results obtained, in general terms, is that professional education facilitates the individual's insertion in the labor market in the short term, and SENAC contributes in a positive way to meet the demands of the market.

Keywords: Professional Education; Job market; Human capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Unidades Educacionais do SENAC em Minas.

Figura 02: Mapa Estratégico - SENAC em Minas.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01:** Número de matrículas Pronatec (2011-2015).
- Gráfico 02:** Evolução das matrículas Pronatec (2011-2015): cursos técnicos.
- Gráfico 03:** Evolução das matrículas Pronatec (2011-2015): cursos de qualificação profissional.
- Gráfico 04:** Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica – 2006 a novembro de 2017.
- Gráfico 05:** Participação do gênero por faixa etária nos anos 2006-2016.
- Gráfico 06:** Participação por escolaridade nos anos 2006-2016.
- Gráfico 07:** Participação do gênero por escolaridade nos anos 2006-2016.
- Gráfico 08:** Participação dos alunos por renda nos anos 2006-2016.
- Gráfico 09:** Distribuição das empresas entrevistadas por cargo do representante entrevistado.
- Gráfico 10:** *Ranking* das profissões/especialidades mais frequentes nas empresas.
- Gráfico 11:** Ranking das profissões/especialidades com maiores dificuldades em contratar.
- Gráfico 12:** Participação por tipo de curso nos anos 2006-2016.
- Gráfico 13:** Participação dos cursos FIC por eixo nos anos 2006-2016.
- Gráfico 14:** Participação dos cursos técnicos nos anos 2006-2016.
- Gráfico 15:** Número de alunos matriculados em cursos técnicos nos anos 2006-2016.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Síntese do histórico da educação profissional no Brasil.

Quadro 02: Número de alunos matriculados nos cursos técnicos nos anos 2006-2016.

Quadro 03: Demandas de mão de obra e oferta de cursos, por ocupações.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Investimentos no Pronatec (2011-2015).

Tabela 02: Porte das empresas entrevistadas.

Tabela 03: Matriz de correlação.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCOMM	Associação Brasileira de Comércio Eletrônico
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Cadastro Brasileiro de Ocupações
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNC	Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
E-TEC	Escola Técnica Aberta do Brasil
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPS	Modelo Pedagógico SENAC
MST	Movimento dos Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSG	Programa SENAC de Gratuidade

RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional do Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP	Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social em Transportes
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINE	Sistema Nacional do Emprego
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VDC	Venda Direta ao Consumidor

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	23
2.1. A Educação Profissional no Brasil	25
CAPÍTULO 3: O SISTEMA S.....	33
3.1. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC	37
3.1.1. O SENAC em Minas	40
3.1.2. Direcionadores Estratégicos	41
CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
4.1. Caracterização da Pesquisa.....	44
4.2. Coleta, Tratamento e Análise dos Dados	44
4.2.1. Protocolo de Pesquisa	49
CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	51
5.1. A Educação Profissional e o Mercado de Trabalho	51
5.2. Programas de fomento à educação profissional	55
5.3. O Perfil dos alunos do SENAC	56
5.4. As demandas do mercado e a atuação do SENAC	61
5.4.1. Perfil das empresas entrevistadas por questionários	61
5.4.2. Demandas do mercado por ocupação.....	62
5.4.3. Oferta de cursos profissionalizantes pelo SENAC.....	65
5.4.4. Capacidade do SENAC em atender às demandas do mercado	71
5.5. As perspectivas de atuação do SENAC.....	75
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA	89
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA DEMANDA ATUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SETOR DO COMÉRCIO	91

APÊNDICE C – <i>RANKING</i> DO SALDO DE EMPREGO POR OCUPAÇÕES NOS ANOS DE 2006-2016	93
APÊNDICE D – CURSOS FIC OFERTADOS PELO SENAC POR EIXO TECNOLÓGICO 2006-2016	95
APÊNDICE E – <i>RANKING</i> DAS VAGAS DE EMPREGO POR OCUPAÇÕES NOS ANOS DE 2006-2016	99

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O estudo das relações entre a educação e o trabalho¹ é o objeto de estudo desta pesquisa. Tal relação é sustentada pela Teoria do Capital Humano. Esta consiste em que investimentos na área educacional dão retorno a pessoa, análogo a uma aplicação de capital. A Teoria do Capital Humano também recomenda fortemente o investimento em educação como forma de incrementar o desenvolvimento econômico e social.

No decorrer do tempo o capital humano foi objeto de debates em vários países, devido a seu impacto nos processos sociais e econômicos. E é a partir de 1950, com os estudos dos teóricos Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer que ocorre o desenvolvimento da Teoria do Capital Humano, tendo a educação como elemento importante dentro deste processo.

Schultz foi considerado o formulador central, propondo o conceito de educação como capital humano, definindo que “o investimento básico no capital humano é a educação” (SCHULTZ, 1973, p.18 apud ALVES, 2017, p.17).

Schultz explicou sua teoria buscando mostrar que países que foram destruídos na Segunda Guerra Mundial conseguiram reconstruir suas economias em pouco tempo. Após tal constatação, passou-se a defender que o investimento na capacidade humana pode impactar no desenvolvimento econômico (ALVES, 2017).

A ideia central da Teoria é que o investimento na formação pessoal, ou seja, em capital humano, pode aumentar as taxas de produtividade do trabalhador, e assim alavancar o progresso de um país (ANDRADE, 2010). De acordo com Alves (2017), os maiores salários seriam pagos aos trabalhadores com maior produtividade, ligada a maior escolaridade.

Schultz considerava que parte significativa da eficiência da produção seria resultado da educação formal, bem como da experiência profissional do trabalho.

Segundo Kelniar (2013) Schultz coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma

¹ Entende-se como trabalho, a necessidade básica, natural e constante dos seres humanos, sem a qual o homem não poderia evoluir, progredir ou muito menos adaptar o meio onde vive às suas vontades (ARANHA e MARTINS, 1993). Sendo assim, o trabalho é a essência do homem (ARANHA e MARTINS, 1993).

deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade.

A definição de educação está intimamente ligada à cultura de cada sociedade, mas, há características que se assemelham, no que se refere ao ensino e aprendizado.

“Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente: significa aperfeiçoar uma pessoa moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa” (SCHULTZ, 1973, p.18 *apud* ALVES, 2017, p.17).

Portanto, investimentos em educação implicam em aumento da produtividade, que incrementam a renda e, logo, o crescimento econômico, pois altera as habilidades para o trabalho adquiridas no ensino.

De acordo com Alves (2017), o conceito de capital limitado a máquinas, equipamentos, terra e patrimônio é insuficiente para explicar o crescimento econômico e do bem estar.

No entanto, a educação pode ser considerada fator de crescimento econômico apenas quando ela aumenta a produtividade.

As habilidades são uma forma de capital: o capital humano. Gastos com educação, saúde, treinamentos no trabalho, migrações para aproveitar melhores oportunidades de trabalho são considerados investimentos em capital humano. A produtividade e qualidade no trabalho são aperfeiçoadas. Esses fatores produzem capital humano, pois não é possível separar o indivíduo de seu conhecimento, saúde ou habilidades (ANDRADE, 2010).

De acordo com Alves (2017) Schultz faz referência ao trabalho de Horvat (1958), que aponta o conhecimento e a habilidade como investimentos cruciais na determinação do crescimento econômico em países subdesenvolvidos.

Segundo Andrade (2010), os investimentos em Capital Humano são aqueles que melhoram a capacidade humana. Schultz (1961) *apud* Andrade (2010) divide

esses investimentos em cinco principais categorias: (1) instalações e serviços de saúde; (2) *on-the-job training* [treinamento no trabalho]; (3) ensino formal fundamental, médio e superior; (4) programas de estudo para adultos não organizados pelas firmas, como aqueles oferecidos a população rural; (5) migrações de indivíduos e famílias para aproveitar oportunidades de trabalho.

Adam Smith (1988) faz referência ao efeito do treinamento (educação) sobre produtividade da mão de obra da seguinte forma:

“O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculiza seus atos” (ADAM SMITH, 1988, p. 47).

Portanto, o capital humano é capaz de aumentar a produtividade e influenciar o crescimento econômico das nações, beneficiando os rendimentos individuais e a saúde das famílias. Segundo Alves (2017), investimentos em capital humano constituem uma das maneiras mais efetivas de aumentar os níveis de renda.

Segundo Becker (2008, p. 32):

“Presumivelmente, a resposta reside na expansão do conhecimento científico e técnico que aumenta a produtividade do trabalho e outros insumos na produção. A aplicação sistemática do conhecimento científico à produção de bens aumentou consideravelmente o valor da educação, da escolaridade técnica e do treinamento no local de trabalho, uma vez que o crescimento do conhecimento se tornou incorporado às pessoas - em cientistas, estudiosos, técnicos, gerentes e outros contribuintes para a produção” (BECKER, 2008, p. 32).

O progresso técnico torna a educação cada vez mais importante para o crescimento econômico. Por sua vez, há relação entre trabalho e educação, de modo que haja a qualificação da força de trabalho para o exercício das funções exigidas pelas

diversas ocupações no mundo do trabalho. Pois a educação é fator primordial para o desenvolvimento do capital humano.

A educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento, mas também se reflete em diferenças de rendas entre pessoas. Segundo Silva, 2015,

“O investimento no ‘fator humano’ passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda”. (SILVA, 2015, p.53).

Porém, o acesso mais igualitário à educação pode contribuir para a redução da desigualdade de rendas salariais:

“O investimento em educação, como exposto, é capaz de aumentar a renda. Uma distribuição mais equitativa desse investimento pode nivelar os salários. Considerando essas proposições, as alterações do investimento no capital humano consistem em um princípio relevante na redução das desigualdades nas distribuições de renda” (ALVES, 2017).

Neste sentido, o capital humano desempenha um importante papel no desenvolvimento econômico, sendo a educação uma forma de alavancar o crescimento econômico de um país, criando possibilidades de os indivíduos aumentarem o seu bem estar pessoal, social e econômico.

Deste modo, a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos oportunidades para aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais.

Essa esfera da educação é entendida como importante veículo para que os cidadãos tenham acesso às conquistas tecnológicas da sociedade como um todo e como instrumento para a compreensão do processo produtivo, assim como de apropriação do saber tecnológico, de reelaboração da cultura do trabalho e de domínio e geração do conhecimento no seu campo profissional (FERRETI, 2000). Sendo, decisivamente,

um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento econômico e social da Nação.

O termo “educação profissional” abordado nesta pesquisa refere-se à educação formal recebida em escolas técnicas que enfocam o mundo do trabalho. Neste contexto, tem-se a importância do estudo da atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC no estado de Minas Gerais, particularmente, a unidade situada em Montes Claros e seus reflexos no mercado de trabalho. Sem mão de obra capacitada, os setores de comércio e serviços não conseguem se desenvolver para acompanhar a evolução do mercado.

O problema que esta pesquisa se destina a investigar refere-se à existência de aderência entre educação e trabalho. O interesse do estudo concentra-se no problema: como é a atuação do SENAC de Montes Claros - MG diante das demandas do mercado de trabalho da cidade?

Com o propósito de se chegar a conclusões pertinentes que respondam esse questionamento e direcionem o desenvolvimento do estudo, propôs-se o objetivo geral de analisar o grau de aderência entre a educação profissional e o mercado de trabalho, particularmente de profissionais de comércio e serviços, no que concerne à atuação do SENAC na cidade de Montes Claros.

Para cumprir esse objetivo, têm-se os objetivos específicos: entender a percepção dos gestores, supervisão pedagógica e orientadores de cursos do SENAC em relação à educação profissional e o mercado de trabalho; entender as políticas de fomento à educação profissional e, particularmente, as políticas do SENAC; descrever e analisar o perfil dos alunos do SENAC; analisar a capacidade de resposta do SENAC às demandas do mercado de Montes Claros; apresentar as perspectivas de atuação do SENAC em Minas na educação profissional.

Ao buscar uma organização do trabalho, dividiu-se este trabalho em cinco capítulos. Neste primeiro capítulo tratou-se de apresentar o tema, relacionando-o e mostrando sua relevância com base na teoria sobre Capital Humano; o problema de pesquisa, estabelecendo os objetivos; e apresentar a estrutura do trabalho.

Nos capítulos 2 e 3 é feita uma revisão de literatura acerca da educação profissional e seu histórico no Brasil, e também do Sistema S, do SENAC e particularmente do SENAC em Minas.

O capítulo 4 descreve os métodos e procedimentos para a pesquisa proposta, através da abordagem qualitativa descritiva, tendo como fonte de dados: entrevistas não estruturadas de modalidade focalizada com funcionários do SENAC; questionários aplicados a empresas dos setores de comércio e serviços; documentos do SENAC; e informações quanto ao mercado de trabalho pelo CAGED e SINE. Os dados foram tratados por meio do Microsoft Excel®, Google Docs® e Stata®. Além da análise de conteúdo para as entrevistas.

O capítulo 5 apresenta os resultados da pesquisa, embasados nos objetivos específicos desta pesquisa.

Conclui-se o trabalho com a apresentação das considerações finais sobre a pesquisa, de acordo com seus objetivos, buscando resumir as constatações, contribuições e os resultados obtidos, bem como a proposta de novas pesquisas para ampliação dos estudos dos temas abordados nesta dissertação.

CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo será abordada a Educação Profissional e brevemente sua evolução histórica no Brasil, e suas principais políticas de fomento.

As profundas mudanças pelas quais vem passando o mundo produziram transformações na prática social e no trabalho. A educação não pôde mais ficar alheia a elas. No entanto, são recentes as investigações de práticas de educação que ocorrem em outros espaços sociais: nos locais de trabalho, nos movimentos sociais, enfim, em outros espaços educativos para além da escola, como empresas, sindicatos, associações, entre outros (CANALI, 2010).

O fenômeno da educação profissional acompanha as práticas humanas, desde os períodos mais remotos da história, quando os humanos, segundo Manfredi (2016), transferiam seus saberes profissionais por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano.

Deste modo, Manfredi (2016) esclarece que os humanos, ao longo dos tempos, valendo-se dos recursos de que dispunham nos diversos ambientes terrestres, desenvolviam artefatos com maestria, arte e praticidade, e os saberes eram repassados de geração para geração. “[...] uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades” (MANFREDI, 2016, p.33).

A Educação Profissional se consolidou a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, entre meados do século XVIII e início do século XIX, ocasião em que pela primeira vez descreveu-se o quadro de ocupações da época, bem como o que deveria ser estudado para o exercício das mesmas. Para Manfredi (2016), essa vinculação tardia entre educação e trabalho é compreensível, por conta das relações sociais específicas das sociedades Antiga e Medieval, que se mantinham vinculadas a poderes centralizados, pelos senhores feudais ou na igreja. Ainda segundo a mesma autora, as noções de trabalho “[...] vão se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder” (p. 34). Naquelas sociedades, as

relações eram demarcadas por um divisor entre, por um lado, aqueles que eram os senhores da terra, da produção e do capital, cidadãos; por outro lado, os que eram servos. O poder era supostamente predestinado e o acesso ao conhecimento elaborado era privilégio das classes dominantes (WITTACZIK, 2008; MANFREDI, 2016).

A relação trabalho-educação reconfigura-se com o surgimento do modo de produção capitalista, e a escola é erigida à condição de instrumento por excelência para viabilizar o saber necessário à burguesia em célere ascensão, em uma sociedade não mais pautada nas relações naturais, mas sim em relações produzidas pelo próprio homem.

“a Revolução Industrial provoca a incorporação das funções intelectuais no processo produtivo e a via para objetivar-se a generalização dessas funções na sociedade foi a escola, tanto que, os principais países organizaram sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Historicamente, o ensino básico qualificou os trabalhadores a integrar o processo produtivo, já que o mínimo de qualificação para operar a maquinaria era contemplado no currículo da escola elementar. Quanto às tarefas de manutenção, reparos, ajustes das máquinas exigiram uma qualificação específica que demandaram também um preparo específico. Nasceram então os cursos profissionais organizados no âmbito das empresas ou do sistema de ensino tendo como referência o padrão escolar, mas determinados diretamente pelas necessidades do processo produtivo, dando origem às escolas de formação geral e às escolas profissionais. Ambas se equivocaram no processo de desenvolvimento de suas competências definidas e concebidas pela burguesia, tendo como resultado a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e escolas de “ciências e humanidades” para os futuros dirigentes” (CANALI, 2010).

No bojo da reconfiguração foram incluídos cursos profissionalizantes para atender diversos ramos profissionais, demandados pelo desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário; por isso, escolas e cursos começam a se multiplicar com essa finalidade (CANALI, 2010).

Em meados do século XIX, os cursos profissionalizantes eram destinados àqueles que não fossem seguir carreiras universitárias. Essa destinação deixa evidente que a formação da mão-de-obra manual e mecânica do “aprender a fazer”, era voltada aos jovens menos favorecidos social e economicamente, já que às elites cabia o aprendizado das ciências e humanidades para dar suporte às atividades intelectuais, o que as levaria ao ensino superior (CANALI, 2010).

Assim, entre as diversas concepções, há desde as que consideram a Educação Profissional em uma perspectiva compensatória e assistencialista, como uma forma de educação para os pobres, até aquelas centradas na racionalidade técnico-instrumental, as quais postulam uma formação voltada para a satisfação das mudanças e inovações do sistema produtivo, além de outras orientadas pela ideia de uma educação tecnológica, em uma perspectiva de formação técnica e uma sólida base científica, em uma perspectiva social e histórico-crítica, integrando a preparação para o trabalho à formação de nível médio (MANFREDI, 2016).

Esta sinopse do processo histórico da relação trabalho-educação/educação profissional oferece suporte para que se possa compreender as origens e a configuração atual da política educacional brasileira, com seus avanços e retrocessos em relação à educação básica e, em particular, ao Ensino Médio e à Educação Profissional.

2.1. A Educação Profissional no Brasil

O contexto apresentado exerceu influência sobre a Educação Profissional no Brasil. Embora haja registros desde os primórdios, esta teve seu início oficial no Brasil em 1909, e sua trajetória histórica encontra-se sintetizada no Quadro 1.

QUADRO 1 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil.

Ano	Educação Profissional no Brasil
1909	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Oferta de cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.

Continuação...

1930	Instalação de Escolas Industriais e Técnicas para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensificam a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).
1994	A Lei nº 8.948 dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.
1996	Foi sancionada a Lei nº 9.394 considerada como a segunda LDB ² , que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.
1997	O Decreto-lei 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Em meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica.

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Continuação...

2004	Permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Criação da Escola Nacional Florestan Fernandes destinada para o desenvolvimento de ensino aos militantes e dirigentes do Movimento dos Sem-Terra (MST), de comunidades indígenas e membros de organizações e movimentos sociais provenientes da América Latina e África.
2006	Com o Decreto nº 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena.
2007	<p>A escola técnica aberta (e-Tec) do Brasil surge como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³, uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), por meio da articulação da Secretaria de Educação a Distância (SEED) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento da EaD e inclusão digital no Brasil.</p> <p>O Programa Brasil Profissionalizado (Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007) integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), da mesma forma que outras iniciativas voltadas à educação profissional. O programa visa repassar recursos para os estados a fim de incentivá-los a retomar o oferecimento da educação profissional gratuita de nível médio na rede de educação pública estadual, através de assistência técnica e financeira para obras, gestão, formação de professores, práticas pedagógicas, infraestrutura, etc.</p>
2008	<p>A Lei nº 11.892/08, que criou Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (Lei 11.892/08, art. 1º).</p> <p>O Decreto-lei n. 6.629, de 04 de novembro de 2008 regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008 as seguintes modalidades: I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II - Projovem Urbano; III – Projovem Campo - Saberes da Terra; e, IV - Projovem Trabalhador.</p>
2008	A partir do Decreto nº 6.633, de 5 de novembro de 2008. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC se comprometeu com a oferta de cursos gratuitos. O Programa SENAC de Gratuidade, também conhecido pela sigla PSG, é uma iniciativa da instituição, desenvolvida em todos os estados brasileiros.
2011	A Lei nº 12.513/2011 que criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica

³ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um conjunto de programas que visam melhorar a Educação no Brasil, em todas as suas etapas, num prazo de quinze anos a contar de seu lançamento, em 2007. Pode-se dizer que nele estão fundamentadas todas as ações do Ministério da Educação (MEC).

Continuação...

	e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente.
2017	Uma ação estratégica do Pronatec, designada por MedioTec, dá prioridade à oferta de cursos técnicos em concomitância ao ensino médio regular para alunos matriculados em escolas públicas. Ela foi anunciada pelo presidente da República, Michel Temer.

Fonte: Wittaczik (2008); Manfredi (2016); Ministério da Educação (2007; 2009); Brasil. Presidência da República (2017). Elaboração do autor, 2017.

Segundo Wittaczik (2008), a década de 1930 é considerada referência histórica para a Educação Profissional do Brasil, pois essa década configurou o ímpeto da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. Também a década de 1940 foi de suma importância para a educação profissional brasileira, pois, com a criação do Sistema S, tomou impulso em amplitude de atendimento.

A partir de 1996, a articulação entre as iniciativas de Educação Profissional desenvolvidas pelos mais diferentes atores sociais foi assumida especialmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que formulou políticas para articular as necessidades de formação com a elaboração de planos estaduais, com parcerias entre as instâncias governamentais e com diferentes entidades executoras das ações formativas (MANFREDI, 2016).

“O instrumento regulamentador dos artigos 36 e 39 a 42 §2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da preparação para o exercício das profissões técnicas, instituído em 1997, o Decreto nº 2.208 estabelece em seu Art. 5º que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

A Educação Profissional organizava-se, a partir do Decreto-Lei nº 2.208/97, em uma vasta rede de entidades diferenciadas, composta pelo ensino médio e técnico, estadual, municipal e privado; pelo Sistema S; por universidades públicas e privadas, que oferecem além da graduação e da pós-graduação, serviços de extensão e atendimentos comunitários; por escolas e centros mantidos por sindicatos de

trabalhadores; por escolas e fundações mantidas por grupos empresariais, além das contribuições que fazem ao Sistema S; por organizações não governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional; pelo ensino profissional livre, concentrados em centros urbanos e pioneiro na formação a distância (MANFREDI, 2016).

Por meio do Sistema “S”, passou a ser obrigação das empresas industriais e comerciais ministrar, em cooperação com o Estado, a aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diversos sistemas de ensino.

Diante desse cenário, visando atender à demanda cada vez mais crescente por educação por parte da população e, ao mesmo tempo, à necessidade de mão de obra qualificada para a melhoria da produtividade, tornou-se imprescindível elaborar uma política pública para a educação profissional e tecnológica, que pudesse integrar os diversos esforços que já vinham sendo realizados na área. O que levou à criação do Pronatec, por meio da Lei nº 12.513, de 2011. O programa foi criado com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino médio e ampliando as oportunidades educacionais dos jovens e trabalhadores (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE, 2015).

Segundo o CGEE (2015), uma das iniciativas originadas pelo Pronatec foi a autorização legal para uma nova etapa na expansão física dos institutos federais, o que, no período de 2011 a 2014, possibilitou a criação de 208 novos *campi*, totalizando 562 unidades em todo o País.

Além da expansão física das redes públicas, a lei do Pronatec autorizou a criação de uma nova iniciativa, cujo objetivo é aproveitar a capacidade instalada das redes de ensino técnico no País e induzir a ampliação de sua oferta de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes. Esta iniciativa é denominada Bolsa-Formação e sua oferta foi regulamentada por meio da portaria MEC 185, de 2012, posteriormente substituída pela portaria MEC 168, de 2013. De acordo com o CGEE (2015):

“A Bolsa-Formação consiste no pagamento de bolsas de estudo para as instituições de ensino participantes, para que elas possam custear todas as despesas relativas aos cursos e subsidiar despesas de assistência estudantil, relativas a transporte e alimentação dos estudantes. Por meio dessa iniciativa, foi possível a ampliação da oferta de vagas pelas diversas redes de ensino participantes, pois elas se organizaram para ofertar vagas tanto em suas unidades sede quanto em outros espaços de ensino, na forma de unidades remotas, desde que garantidas as condições de qualidade da oferta” (CGEE, 2015, p. 87).

O Pronatec “entre os anos de 2011 e 2015 realizou 9,4 milhões de matrículas, sendo 38% em cursos técnicos e 62% em cursos de qualificação profissional de trabalhadores” (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2016). Vide Gráfico 1 o número de matrículas entre os anos de 2011 e 2015, e os Gráficos 2 e 3 que desagregam o total de matrículas entre cursos técnicos e cursos de qualificação profissional.

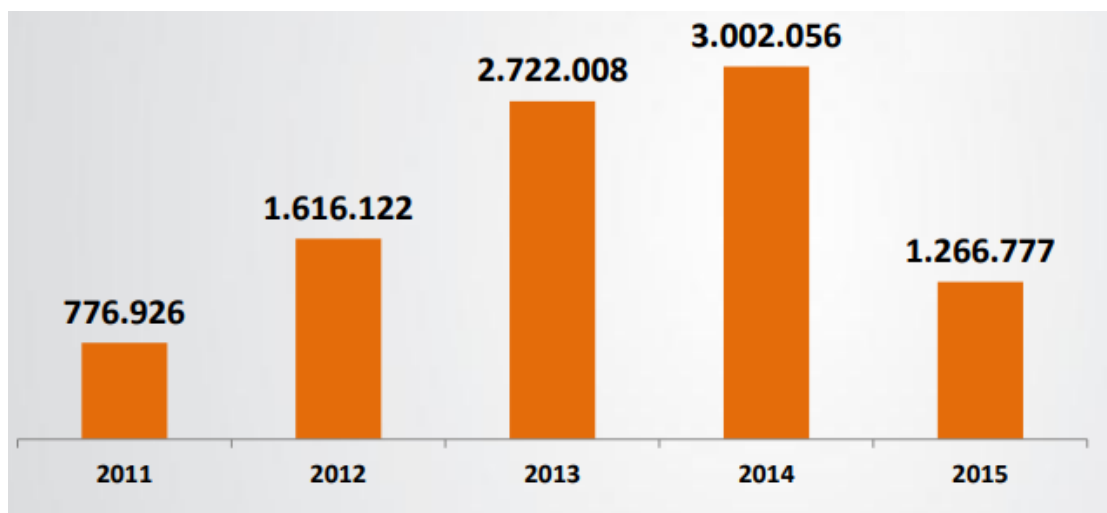


Gráfico 1: Número de matrículas Pronatec, 2011-2015.

Fonte: Instituto Federal do Paraná (2016)

Ainda de acordo com o CGEE (2015), a Bolsa-Formação é a iniciativa de maior impacto na implantação e no orçamento do Pronatec, com cerca de 50% das matrículas realizadas. Reúne como parceiros ofertantes todas as instituições de educação profissional participantes: institutos federais, universidades federais e estaduais, redes estaduais e distrital (do Distrito Federal) de educação profissional, SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e fundações públicas mantenedoras de escolas que ofertam cursos técnicos; e cerca de 15 ministérios e todas as secretarias estaduais

e distrital de educação, que desempenham o papel de parceiros demandantes de vagas em cursos do Pronatec.

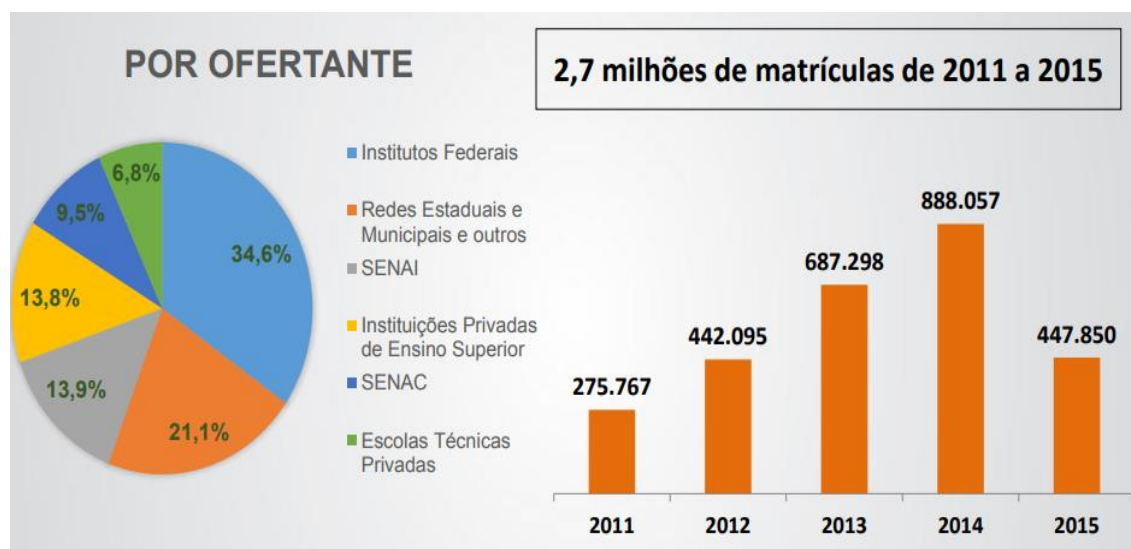


Gráfico 2: Evolução das matrículas Pronatec, 2011-2015: cursos técnicos.

Fonte: Instituto Federal do Paraná (2016).

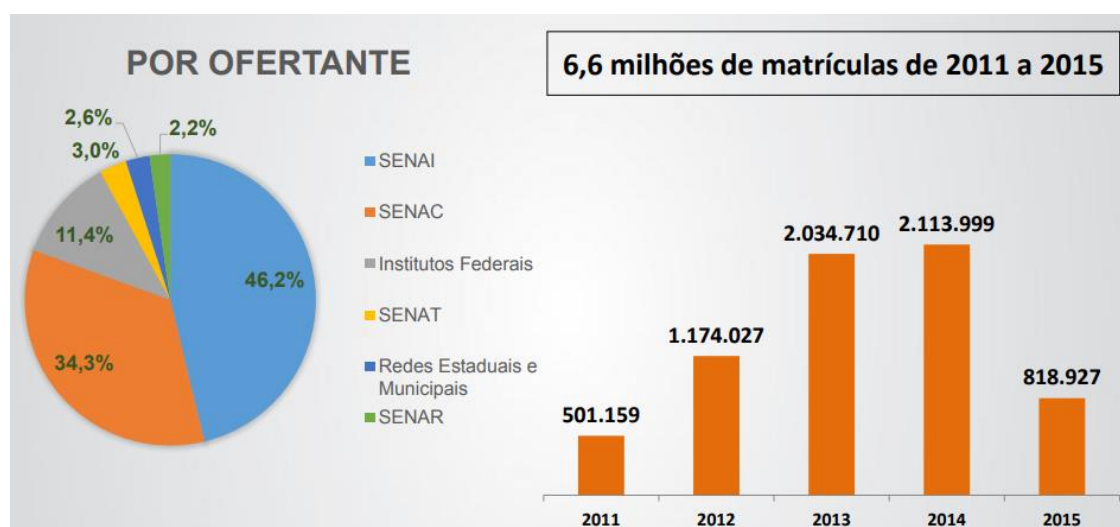


Gráfico 3: Evolução das matrículas Pronatec, 2011-2015: cursos de qualificação profissional.

Fonte: Instituto Federal do Paraná (2016).

Entre todas as iniciativas, foram investidos cerca de 15 bilhões de reais, entre os anos de 2011 e 2015, conforme Tabela 1.

TABELA 1 – Investimentos no Pronatec, 2011-2015.

Iniciativa	Investimento no período
Bolsa-Formação	8.284.725.453,81
Expansão e reestruturação da rede federal	5.199.892.371,84
Rede e-Tec Brasil	556.567.615,83
Brasil Profissionalizado	1.049.931.687,80
Total	15.091.117.129,28

Fonte: Instituto Federal do Paraná (2016).

Segundo o Ministério da Educação, em 2017, uma nova ação estratégica do Pronatec, designada por MedioTec, reintegra a oferta de cursos técnicos em concomitância ao ensino médio regular para alunos matriculados em escolas públicas. Ela foi anunciada pelo presidente da República, Michel Temer, e pelo ministro Mendonça Filho. O Pronatec, na modalidade Bolsa-Formação, irá ofertar 82 mil vagas em cursos de longa duração, com pelo menos 800 horas de aula. Um aumento de quase dez vezes em relação a 2016, que registrou nove mil jovens matriculados nesse tipo de curso. O MedioTec será executado em parceria com instituições públicas e privadas de ensino médio. As vagas dessa nova ação do Pronatec levam em consideração o mapeamento das demandas do mundo do trabalho e renda.

O governo federal fomentou, em 2017, a oferta de cursos de qualificação profissional nas modalidades de formação inicial e continuada, o que garantiu a continuidade dos cursos iniciados em anos anteriores (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Portanto, a formação profissional no Brasil, de acordo com o Ministério da Educação (2017), ocorre em instituições de ensino públicas, privadas e não governamentais, que “possuem o intuito e a responsabilidade de gerar saberes coletivos e flexíveis, sintonizados com as novas bases e novas formas de organização produtiva, fundadas na produção e difusão de inovações de cunho tecnológico”, marco da sociedade do conhecimento.

CAPÍTULO 3: O SISTEMA S

Neste capítulo serão abordados o Sistema S, a sua constituição e seus órgãos, e particularmente o SENAC, como constituinte deste Sistema, e ainda o SENAC em Minas.

O Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais de representação empresarial e por suas confederações estaduais e federações nacionais. É, historicamente, a maior rede de Educação Profissional e Tecnológica existente no Brasil, desde os anos 1930 (MANFREDI, 2016). Organicamente fazem parte do Sistema:

- “no setor industrial: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SESI (Serviço Social da Indústria);
- no setor de comércio e serviços: SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio);
- no setor agrícola: SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural);
- no setor de transportes: SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes) e SEST (Serviço Social em Transportes)” (MANFREDI, 2016, p.151).

Ainda de acordo com Manfredi (2016, p.151), “além dessas entidades, o Sistema S também abriga o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa) e o recém-criado SESCOOP (Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços)”.

O Sistema S não constitui um todo homogêneo, embora possua uma estrutura organizativa, de gestão e de financiamento em comum. Apesar das semelhanças, há também diferenças de cada entidade, do contexto histórico em que foram idealizadas/criadas e de sua articulação interna no próprio setor.

As diferentes entidades que compõem o Sistema S são de natureza privada, mantidas com recursos públicos (portanto, sujeitas ao Tribunal de Contas da União), mas geridas por unidades sindicais empresariais (MANFREDI, 2016). Do ponto de vista organizacional, cada Sistema possui:

- “órgãos normativos, consultivos e de supervisão: conselho nacional, conselhos regionais e ficais. [...]”
- órgãos executivos e administrativos: departamento nacional, departamento regional ou secretarias executivas”. [...] (MANFREDI, 2016, p 151 e 152).

Os conselhos nacionais e regionais são formados por representantes indicados pelas respectivas confederações e federações de empresários. O governo participa desses conselhos na forma seguinte:

“tem representantes dos Ministérios da Educação e do Trabalho, na esfera nacional, e membros das Delegacias Regionais do Trabalho, nos Estados (exceção feita ao SEBRAE, cuja representação governamental cabe ao Ministério da Indústria e do Comércio). De todos os integrantes do Sistema S, apenas o SENAR possui sistema de paridade, sendo os trabalhadores rurais representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG). O governo possui representantes do MEC, do MTE e do Ministério da Agricultura” (MANFREDI, 2016, p 152).

O departamento nacional ou secretaria executiva de cada S é responsável tanto pela coordenação de políticas e diretrizes estabelecidas pelo conselho nacional quanto pela estruturação e coordenação de planos nacionais e pela assistência técnica aos departamentos regionais. Os departamentos regionais são organismos de gestão e execução em cada Estado ou unidade da Federação, sendo responsáveis pelo funcionamento das unidades sob a sua jurisdição: escolas, centros, postos, entre outros. Os departamentos regionais, por sua vez, são responsáveis diretos pela execução dos programas e das atividades de educação ou socioculturais. Possuem autonomia para decidir a respeito de cursos, de gestão de pessoal, de investimentos, sempre após consultas aos respectivos conselhos (MANFREDI, 2016).

Quanto ao grau de autonomia, ainda segundo a autora, há diferenças entre os vários componentes do Sistema S. O SENAI, no geral, adota o modelo de gestão mais centralizado, deixando às escolas e às unidades operacionais pouca margem de decisão administrativa, financeira e pedagógica. O SENAC apresenta experiências de descentralização mais consolidadas, até pela orientação de busca de receita própria, mediante cobrança de produtos e serviços.

No que tange ao financiamento do Sistema S, os recursos são públicos, provenientes das contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de pagamento das empresas de determinados setores, arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão do governo federal. O montante arrecadado é depois repassado ao departamento nacional de cada Sistema S e, a seguir, aos estados. Algumas peculiaridades:

- a) **“SENAI:** seus recursos provêm da contribuição fiscal de 1% sobre o total da folha de pagamento mensal das empresas, repassada mensalmente. As empresas contribuintes pertencem aos seguintes setores: indústrias extrativas, de transformação, da construção, de utilidade pública, da pesca, de reparação e manutenção de automóveis, serviços de transporte terrestres. Empresas com mais de quinhentos funcionários recolhem um adicional de 0,2% sobre a folha de pagamento diretamente para o departamento nacional do Senai. Há, ainda, os recursos advindos de fontes privadas e governamentais, o fomento, o desenvolvimento e a execução de programas e projetos especiais.
- b) **SENAC:** similar ao SENAI, sem o adicional pago pelas empresas do setor de comércio e de serviços, exceto bancos.
- c) **SENAR:** contribuição de 2,5% sobre o valor do faturamento. O índice é maior porque as contribuições se destinam ao pagamento de programas sociais, os quais, no caso dos demais S's, têm serviços separados. Recebe também recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), arrecadados mediante a folha de pagamento.
- d) **SENAT:** contribuição compulsória de 1% sobre a folha de pagamento das empresas de transporte de passageiros/cargas sobre pneus, atingindo também os trabalhadores autônomos (taxistas e caminhoneiros).
- e) **SESI, SESC E SEST:** contribuição compulsória de 1,5% sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes do respectivo S de formação profissional; o SESI, como o SENAI, tem adicional para empresas de 500 ou mais empregados.
- f) **SEBRAE:** contribuição compulsória de 0,3% sobre empresas de todos os setores”. (MANFREDI, 2016, p.152).

Ainda segundo Manfredi, a contribuição compulsória tem diferentes percentuais de alocação, segundo o estatuto de cada S. O INSS retém 1% do valor arrecadado, a título de despesas operacionais. Os 99% restantes são destinados, em sua maior parte, ao departamento regional em que se localizam as empresas contribuintes, havendo também contribuições ao departamento nacional, à confederação e à federação patronal do respectivo S.

Para além destas fontes de financiamentos, as entidades do Sistema S, por fazerem parte da rede de educação profissional, recebem recursos públicos para

desenvolver ações específicas nas áreas de qualificação e educação profissional, em função das especificidades das respectivas políticas públicas.

Em 2008 foi firmado um acordo⁴ que estabeleceu a política de gratuidade da oferta de Educação Profissional no Sistema S. O documento firmado entre o governo federal e as quatro entidades que compõem o Sistema S: SESC, SESI, SENAI e SENAC previa que elas estabelecessem um programa de comprometimento de gratuidade. “Entre as medidas estava a aplicação de dois terços das receitas líquidas de SENAI e SENAC na oferta de vagas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores (empregados e desempregados)” (MANFREDI, 2016). Ressalta-se que o SESC e o SESI deveriam destinar um terço dos seus recursos à educação. Segundo Manfredi (2016):

“O protocolo previa que, a partir de 2009, seriam reservados pelo menos 20% dos recursos das entidades para o oferecimento de cursos gratuitos (caso do SENAC) e 50% (no caso do SENAI). Segundo esse mesmo acordo, até 2014 o SENAI e o SENAC deveriam destinar 66,6% de suas receitas líquidas, ou seja, dois terços dos recursos seriam investidos na formação de estudantes de baixa renda e de trabalhadores. Em 2014, o SESI e o SESC destinaram 33,3% de suas receitas à educação, sendo a metade desses recursos a atividades e cursos gratuitos” (MANFREDI, 2016, p.153).

“A ampliação progressiva de oferta de matrículas gratuitas pelas entidades do Sistema S, notadamente SENAC e SENAI, foi definida em protocolos de compromissos assinados respectivamente pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria e dos Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego e Ministério da Fazenda” (MANFREDI, 2016, p.153).

Além dos programas de gratuidade ofertados pelo Sistema S, os dois subsistemas de ensino profissional SENAI e SENAC foram, e ainda são, agências executoras conveniadas com outros projetos nacionais: com o Pronatec do MEC e com projetos de qualificação e aprendizagem do MTE.

⁴Decretos-lei n. 6.633 e n. 6.635, de 05 de novembro de 2008; Resoluções Senac n. 876/2008, 897/2009, 917/2010, 937/2011 e 944/2012 (MANFREDI, 2016).

Portanto, a rede do Sistema S inclui diversos tipos de unidades educativas e de serviços sociais, são: centros de tecnologia, escolas, centros de treinamento; unidades móveis – vagões, caminhões, furgões, embarcações fluviais; centros de atendimento médico, social, recreação, lazer, cultura – incluem teatros, bibliotecas; postos de atendimento ao trabalhador – formação profissional e assistência médica; estabelecimentos-escola, como cabeleireiros, restaurantes, hotéis. Sendo todos esses destinados a formação profissional dos alunos, dos respectivos S's.

3.1. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

A partir da promulgação das Leis Orgânicas do Ensino de 1942 a 1946 ou das Reformas Capanema⁵, o ensino profissional passou a ofertar cursos de formação semelhante à do ensino secundário; cursos de aprendizagem, de preparo rápido; e cursos de especialização e aperfeiçoamento, de duração variável.

Em maio de 1945, os empresários do comércio reuniram-se na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, para se dedicar a um exame minucioso dos problemas da economia nacional, no evento chamado “Conferência das Classes Produtoras do

⁵ Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945.

Foram estes os decretos-lei:

- Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI;
- Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;
- Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

Em 1946, já no fim do Estado Novo e durante o Governo Provisório, a Lei Orgânica do Ensino Primário organizou esse nível de ensino com diretrizes gerais, que continuou a ser de responsabilidade dos estados; organizou o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes a partir dos 13 anos e adultos; a legislação de ensino organizou também o ensino normal e o ensino agrícola e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Nesse momento o Ministério da Educação estava a cargo de Raul Leitão da Cunha. Foram estes os Decretos-lei:

- Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional;
- Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
- Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC;
- Decreto-lei nº 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola (ROMANELLI, 1978).

Brasil”. Um dos resultados mais importantes dessa Conferência foi a divulgação do documento “Carta Econômica de Teresópolis”, que recomendava ao governo federal, dentre outras coisas, medidas para atenuar a complexidade crescente das funções especializadas na área mercantil, sugerindo a intensificação e o aperfeiçoamento do ensino médio e superior de comércio, economia e administração, além do estímulo à criação de escolas (MANFREDI, 2016).

Em 1946, o Presidente Eurico Gaspar Dutra baixou os Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, os quais autorizavam à Confederação Nacional do Comércio instalar e administrar, em todo o País, escolas de aprendizagem comercial para trabalhadores menores, entre 14 e 18 anos, bem como cursos de continuação e especialização para comerciários adultos, e faziam determinações sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelecendo os deveres dos empregadores e dos trabalhadores.

Estava, dessa forma, delegada à Confederação do Comércio a responsabilidade de estruturar e administrar, em âmbito nacional, escolas de aprendizagem comercial para funcionários e interessados em conquistar emprego no comércio. Surgiu então o SENAC, uma instituição direcionada para a qualificação profissional de adultos e da formação de jovens aprendizes, sediado na capital federal (Rio de Janeiro) e descentralizado por meio de Conselhos Regionais e Departamentos regionais em cada um dos Estados da União (MANFREDI, 2016; SANTANA, 2007).

As atividades educacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial promovem e desenvolvem uma gama diversificada de programas e atividades no campo da Educação Profissional, tais como: cursos de qualificação, especialização, aperfeiçoamento e atualização profissionais, e treinamento direto nos locais de trabalho. Muitos desses cursos são presenciais e outros se enquadram na modalidade de educação a distância. Os programas e/ou cursos abrangem os três níveis de ensino: básico, técnico e tecnológico⁶.

⁶As mudanças feitas no quadro normativo a partir de 2004, nos primeiros anos do governo Lula, também modificaram a nomenclatura dos níveis de ensino: o ensino básico passa a designar o ensino fundamental de nove anos e o ensino médio, com duração de três anos. O ensino médio pode ou não ser integrado à educação profissional. Embora, em 2017, há uma nova ação do governo, pelo presidente em exercício, Michel Temer, o MedioTec, que tem o intuito de acelerar o processo de mudanças contidas na Medida Provisória 746/2016 – medida esta que tem como objetivo uma reforma do ensino, principalmente médio, no país inteiro – o qual a intenção é disponibilizar uma formação profissional e técnica de forma integrada ao ensino médio em tempo integral. A educação profissional técnica (de

Na formação profissional de nível básico existem no SENAC quatro modalidades:

- **“cursos de aprendizagem** – destinados a menores entre 14 e 24 anos que tenham concluído o ensino fundamental, oferecem aos alunos uma formação profissional inicial.
- **cursos de qualificação profissional básica** – visam a formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Destinam-se a qualificar jovens e adultos, independente de escolaridade prévia e de regulamentação curricular. São estruturados em itinerários formativos, de forma livre, em função das necessidades da sociedade. Têm duração variável e carga horária mínima de 160 horas.
- **cursos de educação para o trabalho** – destinados a jovens e adultos, independentemente de escolaridade, visando despertar o interesse pelo trabalho e preparar para o desempenho de funções básicas e de baixa complexidade de uma ou mais profissões. Têm duração variável.
- **cursos de qualificação, especialização, aperfeiçoamento e atualização profissional** – cursos de curta duração, têm entre 80 e 250 horas”. (MANFREDI, 2016, p. 160).

Na formação técnica de nível médio são oferecidos cursos com estrutura modular, voltados para uma área tecnológica ou para especialização profissional exigida pelo mercado de trabalho. Tais cursos apresentam carga horária variável (MANFREDI, 2016). O SENAC oferta cursos nas áreas: artes, comércio, comunicação, design, meio ambiente, saúde, telecomunicações, tecnologia educacional, turismo, hospitalidade, idiomas estrangeiros, imagem pessoal, informática, desenvolvimento social, entre outras⁷.

Na formação de nível superior, o SENAC oferece cursos em níveis de graduação e pós-graduação.

Outra atividade desenvolvida no respectivo Sistema: assessoria técnica a empresas, “em grande parte, opera como subcontratado do SEBRAE, especializado nesse tipo de atividade” (MANFREDI, 2016, p. 162).

nível médio) inclui a modalidade integrada, concomitante e integrada. O ensino de nível tecnológico corresponde a uma das modalidades do ensino superior.

⁷ Ver em: <www.senac.br>.

3.1.1. O SENAC em Minas

Após consolidação na cidade do Rio de Janeiro, em 1948, o SENAC instalou a sua primeira unidade no estado de Minas Gerais. Com sede na capital mineira - Belo Horizonte - naquele mesmo ano procedeu-se uma análise da situação do comércio e da indústria em algumas cidades desse estado e, dessa análise, resolveu-se criar unidades também em Juiz de Fora e Uberlândia (SENAC, 2016).

Em 1955 já se encontravam diversas unidades do SENAC espalhadas pelo estado mineiro, como em Caeté, Sete Lagoas, Andradas, Tiros, São Gotardo, Arcos, Campestre, Prata, Lajinha, Dolores do Campo, Poço Fundo, Boa Esperança, Dom Silvério, Pará de Minas, Brasília de Minas, Santa Bárbara, Almenara, Peçanha e Patos de Minas (SENAC, 2016).

Em 1959, instalava-se em Montes Claros o Centro de Atividades Montes Claros que reunia os serviços do SESC e SENAC. Em 17 de agosto de 1985, inaugurou-se o Centro de Educação Profissional de Montes Claros⁸. Desde então, a unidade atende 94 municípios das regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, oferecendo atividades nas diversas áreas de atuação.

Em 2017, com 34 unidades localizadas em todo o Estado (vide Figura 1). Para o desenvolvimento das atividades escolares, com vistas a formação profissional, o SENAC possui salões de beleza-escola, restaurantes-escola, carretas-escola e hotéis-escola.

⁸ Ver: < http://www.sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/unidades/servicos/sesc_montes_claros>



Figura 1: Unidades Educacionais SENAC em Minas.

Fonte: Plano de Ação da Administração Regional - SENAC, 2017.

3.1.2. Direcionadores Estratégicos

O planejamento estratégico, desenvolvido com o apoio do Departamento Nacional, possui diretrizes e ações estratégicas com vistas a assegurar o cumprimento da missão de: “Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo” (SENAC, 2017).

O SENAC estabeleceu perspectivas, “em consonância com sua missão, que conduzem à consolidação de suas premissas estratégicas, projetando como visão: ‘Ser a Instituição Mineira que oferece as melhores soluções em educação profissional, reconhecida pelas empresas’” (SENAC, 2017).

E, como orientadores estratégicos: “Contribuir para uma sociedade melhor por meio da educação profissional” (SENAC, 2017). “Os valores que alicerçam as ações do SENAC em Minas: transparência, inclusão social, excelência, inovação e desenvolvimento sustentável” (SENAC, 2017).

De acordo com SENAC (2017), para organizar a oferta, projetos e atividades executados, este possui premissas estratégicas que visam alcançar as diretrizes:

- “Método educacional com prática aliada à teoria;
- Relacionamento com *stakeholders* para alinhar produto à demanda;
- Infraestrutura com ênfase na conectividade;
- Governança fundamentada no desenvolvimento de pessoas e processos” (SENAC, 2017).

O mapa estratégico (vide Figura 2) estabelece “conexão com os cenários interno e externo e com os desafios do SENAC. Determina os objetivos e indicadores dos quais derivam as principais ações, a partir das perspectivas: cliente e sociedade, processos internos, financeira e aprendizado e crescimento” (SENAC, 2017).

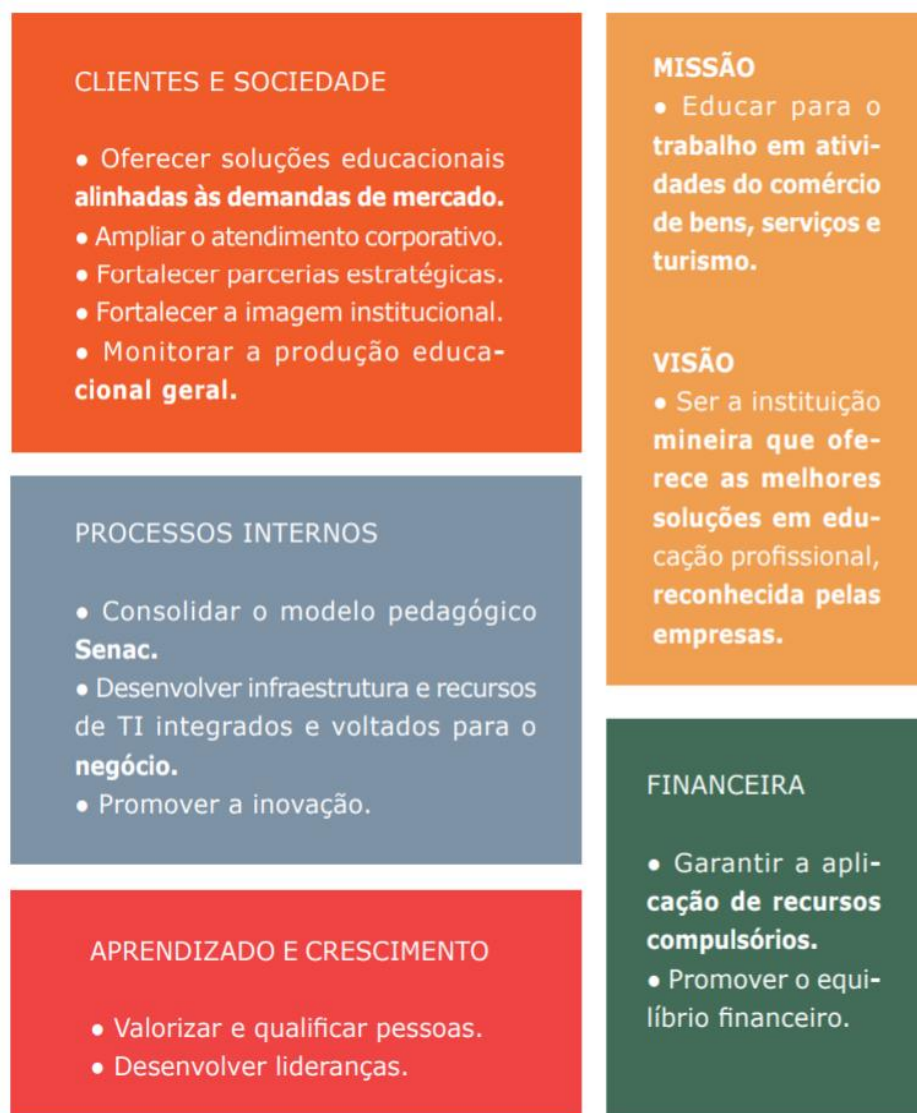


Figura 2: Mapa Estratégico - SENAC em Minas.

Fonte: Plano de Ação da Administração Regional - SENAC, 2017.

Quanto a oferta de cursos, as unidades têm autonomia para programarem de acordo com o cenário mercadológico de cada regional” (SENAC, 2017).

Portanto, a atuação do Sistema S, particularmente do SENAC em Minas, em atividades de educação profissional é relevante para o desenvolvimento educacional da sociedade brasileira nos âmbitos econômico, social e cultural.

CAPÍTULO 4: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo serão apresentados os métodos empregados na realização desta pesquisa, particularmente na coleta de dados, tratamento e análise dos mesmos, e por fim serão comentadas as limitações desta pesquisa.

Segundo Vergara (2000), para a obtenção dos objetivos propostos na pesquisa científica é essencial a definição de um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento, ou seja, a definição de um método.

4.1. Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como documental e de campo. “Quando utiliza-se [*sic*] documentos como fontes de dados, informações e evidências” (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p.55). A pesquisa de campo pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, entre outros (VERGARA, 2000).

Segundo a classificação quanto aos objetivos, pode-se dizer que esta é uma pesquisa qualitativa descritiva, uma vez que “descreve um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 38).

E quanto a finalidade da pesquisa, o presente trabalho pode ser classificado como uma pesquisa aplicada. Segundo Vergara (2000), esta possui finalidade prática, ao contrário da pesquisa pura, que é motivada basicamente pela curiosidade prática do pesquisador e situada no nível da especulação. Portanto, esta modalidade de pesquisa, aplicada, expõe as características de determinada população ou fenômeno.

4.2. Coleta, Tratamento e Análise dos Dados

A coleta de dados é a fase do método de pesquisa “em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 149).

Estabeleceram-se como parâmetro que todos os dados coletados deveriam ficar restritos à cidade de Montes Claros em Minas Gerais, uma vez que o objeto de estudo é a unidade do SENAC desta cidade.

As técnicas utilizadas para a coleta de dados foram através das pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

Foram utilizadas na pesquisa bibliográfica as fontes: livros, artigos em jornais e revistas, dissertações, teses e estudos sobre a teoria do capital humano, a educação profissional e o Sistema S, particularmente o SENAC.

Com base na pesquisa documental, utilizando fontes estatísticas, levantou-se o perfil dos alunos matriculados na unidade do SENAC em Montes Claros, a partir de informações coletadas na instituição, no período entre os anos de 2006 a 2016. Conjuntamente, possibilitaram-se mensurar a oferta de cursos e respectivas demandas de alunos por formações educacionais de face profissionalizante. A fim de se ter uma organização destes, agrupou-se os cursos de Formação Inicial e Continuada por segmento, a saber: moda, gestão, informática etc., de acordo com o portfólio de produtos da instituição. Os cursos de habilitação técnica de nível médio e do Programa de Aprendizagem Profissional Comercial foram analisados separadamente, sem agrupamentos.

Utilizaram-se também informações do banco de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, que permitiram analisar características do emprego formal na cidade de Montes Claros, a saber, a quantidade de contratações de empregados, por ocupação, nas empresas que correspondem aos setores de comércio e serviços, entre os anos de 2006 a 2016, caracterizando-se como a demanda efetiva⁹ do mercado.

Foram utilizados, ainda, dados coletados junto ao Sistema Nacional do Emprego – SINE para mensurar a oferta de vagas de emprego, por ocupação, das empresas dos setores de comércio e serviços, no mesmo período, caracterizando-se como a demanda potencial do mercado.

Os dados coletados no CAGED, referentes às contratações de empregados, incluíram 1.397 (mil trezentos e noventa e sete) ocupações dos referidos setores. A fim

⁹ Demanda efetiva é aqui a parte da demanda que de fato se realiza na aquisição de bens e serviços, e não a procura potencial por esses bens ou serviços.

de analisá-los, montou-se um *ranking*, em ordem decrescente, das ocupações que obtiveram o maior número de contratações no período estudado. Optou-se por excluir as ocupações que possuíam baixa relevância estatística, preponderando as primeiras 164 (cento e sessenta e quatro) ocupações, conforme o *ranking*.

No tratamento destes dados para posterior análise, excluíram-se também as ocupações que não são da área de atuação do SENAC, a título de exemplo, as ocupações: médico, pedreiro, mecânico, eletricitista etc. Após exclusões, totalizaram-se 88 (oitenta e oito) ocupações. Fez-se necessário ainda, o agrupamento das ocupações por compatibilidade, conforme o Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO, a título de exemplo, as ocupações: telefonista, operador de telemarketing ativo, operador de telemarketing receptivo e operador de telemarketing ativo e receptivo; agrupadas, com respectivos números de contratações somados, tornaram-se: operador de telemarketing.

Tais exclusões e agrupamentos também foram realizados com os dados referentes à oferta de vagas de emprego pelo SINE, no período de 2006-2016. (Vide Apêndice E).

Aplicou-se o coeficiente de correlação de Pearson para medir o grau de aderência entre oferta e demanda, a partir das variáveis: saldo do emprego formal, pelo CAGED; oferta de cursos, pelo SENAC; e oferta de vagas de emprego, pelo SINE; por profissões agrupadas, conforme descrito acima.

“O coeficiente de correlação de Pearson é uma medida estatística desenvolvida para medir o grau de associação ou de relacionamento linear entre duas variáveis. Essa medida designa o quão próximo duas variáveis aleatórias variam juntas” (ALVES, 2017, p.30).

Segundo Alves (2017), esse coeficiente é calculado pela fórmula seguinte, para duas variáveis “x” e “y”:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left(\frac{X_i - \bar{X}}{S_x} \right) \left(\frac{Y_i - \bar{Y}}{S_y} \right)$$

Onde:

n = número de observações;

X_i = i -ésima observação de x ; y_1 = i -ésima observação de y ;

\bar{X} = média de x ; \bar{Y} = média de y ;

S_x = desvio padrão de x ; S_y = desvio padrão de y

Sendo:

$$S_x = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum (x_i - \bar{X})^2}$$

$$S_y = \sqrt{\frac{1}{n-1} \sum (y_i - \bar{Y})^2}$$

“O coeficiente de correlação, r , é um número que situa entre -1 e 1, ou seja, $-1 \leq r \leq 1$. O valor indica a força da relação linear entre as variáveis e o sinal expressa a direção (positiva ou negativa) do relacionamento. Quando r assume valores positivos ($r > 0$), significa que aumentos nos valores de uma variável estão associados a aumentos nos valores da outra variável. Ao passo que, se r assume valores negativos ($r < 0$), significa que aumentos nos valores de uma variável estão associados à redução nos valores da outra variável” (ALVES, 2017, p.31).

Realizou-se o cálculo do coeficiente de correlação no *software* estatístico Stata®.

Quanto à pesquisa de campo, realizou-se entrevistas não estruturadas de modalidade focalizada, a fim de analisar a percepção dos gestores do SENAC quanto à educação profissional, mercado de trabalho e atuação do SENAC em Montes Claros.

Ao realizar a entrevista não estruturada de modalidade focalizada,

“o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão. [...] Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, dá esclarecimentos, não obedecendo, a rigor, a uma estrutura formal” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p.180).

As entrevistas foram realizadas individualmente, com cada participante, conforme descrito no Protocolo de Pesquisa (vide seção 4.2.1) e segundo o roteiro que se encontra no APÊNDICE A – Roteiro para a entrevista.

Os sujeitos entrevistados ocupam os cargos de Gerente Regional de Operações; Diretor de Escola; Supervisor Pedagógico; Secretário Escolar; e, Orientador de Cursos, que atuam na unidade do SENAC em Minas, regional Norte e Leste, totalizando 5 (cinco) entrevistas.

De modo a manter o sigilo da identidade dos entrevistados, optou-se por não mencionar na pesquisa seus nomes e nem os cargos que ocupam na instituição. Sempre que se fez necessária alguma denominação esta se deu por denominação do entrevistado por A, B, ..., E.

Após a coleta, as entrevistas foram analisadas pelo método de análise de conteúdo. Bardin (2011) define o termo “análise de conteúdo” como:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

Fez-se necessária também a coleta de dados pela técnica de questionários, que consiste em “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 184). Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 184).

Nesta pesquisa, os questionários foram enviados, por *e-mail*, a 87 (oitenta e sete) empresas privadas, dos setores de comércio e serviços, que atuam na cidade de Montes Claros. Escolhidas por acessibilidade (através do banco de cadastros de empresas do SENAC), porque conforme Neto (1977) *apud* Oliveira (2012, p. 43) “nem sempre é possível se ter acesso a toda a população objeto de estudo, sendo assim é preciso dar seguimento a pesquisa utilizando-se a parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa”. E também por tipicidade, em que de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.39) “um subgrupo da população é utilizado como ‘barômetro’”. Restringem-se as observações a ele e as conclusões obtidas são generalizadas para o total da população”. Caracterizando-se assim uma amostragem não probabilística.

Marconi e Lakatos (2010, p.184) destacam que “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Nesta pesquisa, 37 (trinta e sete) empresas retornaram os questionários respondidos. Os respondentes foram os proprietários e/ou gestores destas organizações.

O instrumento aplicado foi retirado da “Pesquisa da Demanda Atual da Educação Profissional do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2015-2016¹⁰” realizada pelo Departamento Nacional do SENAC, em âmbito nacional. O instrumento foi adaptado para esta pesquisa. Vide apêndice B – Questionário.

A coleta e tabulação dos questionários foram realizadas pela ferramenta de formulários digitais do Google Docs¹¹.

4.2.1. Protocolo de Pesquisa

As entrevistas foram realizadas no período de tempo que compreende os meses de outubro a novembro de 2017. Todas as entrevistas foram previamente agendadas e tiveram o áudio gravado em formato digital para posterior transcrição.

Para tal, os entrevistados receberam o roteiro da entrevista (vide ANEXO A), contendo: apresentação do entrevistador; objetivo do estudo e seus aspectos metodológicos; e solicitação da permissão para a divulgação dos resultados e suas

¹⁰ Ver: <http://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2017/08/pesq-dem-atual-EdProf_WEB>.

¹¹ Ver: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>.

respectivas conclusões, em forma de pesquisa, preservando o sigilo e a ética. Os entrevistados assinaram o termo para autorização da pesquisa, sendo de consentimento livre e esclarecido a autorização para gravação de voz. O documento foi assinado e datado.

As entrevistas duraram cerca de trinta minutos, aproximadamente, e foram realizadas no próprio ambiente de trabalho do entrevistado. Após a gravação das entrevistas, as mesmas foram transcritas pelo próprio entrevistador e, sempre que possível, no mesmo dia em que ocorreram.

As entrevistas iniciaram-se com uma explanação, por parte do entrevistador, do objetivo da pesquisa, situando o fenômeno da educação profissional e o mercado de trabalho. Após essa introdução, foi explicado ao entrevistado que o foco principal da entrevista era exatamente capturar sua percepção.

Uma vez certo de que o entrevistado havia compreendido o objetivo da pesquisa, deu-se início a entrevista que consistiu de 6 (seis) temas divididos em blocos, conforme roteiro de entrevista. (Vide Apêndice A).

Assim como no roteiro de entrevistas, dos *e-mails* enviados às empresas com os questionários constavam: apresentação do pesquisador; objetivo do estudo e seus aspectos metodológicos; informações sobre a divulgação dos resultados e suas respectivas conclusões da pesquisa, preservando o sigilo dos respondentes e a ética; o *link* do questionário, via Google Docs®; e o tempo estimado de resposta - três minutos.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão analisados os dados obtidos pela pesquisa, sejam de fontes documentais, bibliográficas, ou fruto das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados.

5.1. A Educação Profissional e o Mercado de Trabalho

No contexto do século XXI, o “imaginário social entende a escola como uma instituição cuja função é preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho” (MANFREDI, 2016, p.36). À vista, a educação profissional, no Brasil, sempre esteve associada à formação da mão de obra demandada pelo sistema capitalista, sugerindo necessidades de educação para o trabalho em suas influências econômicas, sociais e culturais. Ao longo da história brasileira, a educação profissional foi se constituindo de diferentes formas e em diferentes espaços, disponibilizados: pelo Poder Público, em instituições de pequeno e grande porte, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; pelo setor privado (em todos os níveis); e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, até se constituir em uma política de Estado (FICSCHEs e WAIANDT, 2012).

Com a necessidade de qualificar a força de trabalho para o ingresso e desenvolvimento no mercado de trabalho, “o SENAC nasce, há aproximadamente 70 anos, para atender àquela demanda por mão de obra qualificada, de forma intensa” (ENTREVISTADO C). No sentido de qualificar, o Entrevistado A percebe que “o ensino profissionalizante trata de um caminho mais rápido entre a sociedade e o mercado de trabalho”, em que

“a percepção e evolução do ensino profissional..., ela vem trazer aquilo que o mercado tem exigido. Aquela consonância entre quais são as práticas necessárias para que possam ser absorvidas de maneira mais rápida e precisa. E a preocupação que a evolução da educação profissional teve, foi sempre nesse sentido, não abandona a teoria, mas estreita a lacuna existente entre teoria e prática. O objetivo é olhar cada vez mais para o mercado. Ele está cada vez mais exigente, mais rápido Ele tem evoluído de uma maneira muito rápida e muito dinâmica; e a educação profissional tenta fazer isso, fazer com que este caminho seja mais próximo, reduzir essas lacunas” (ENTREVISTADO A).

Na educação profissional, um dos elementos a ser refletido é a relação teoria e prática no ofício do ensinar o outro a aprender. Os termos teoria e prática vêm do grego. Teoria deriva do termo grego “*Theoría*” significava originalmente a viagem de uma missão festiva aos lugares do sacrifício. E a ‘prática’ deriva do grego “*práxis*”, “*práxeos*”, e tem o sentido de agir (SOUZA, TORRES e DANTAS, 2017).

De acordo com Souza, Torres e Dantas (2017) as formas de conceber a relação teoria e prática são muitas. No entanto, agrupa-as, fundamentalmente, em dois esquemas — a visão dicotômica e a visão de unidade. Nesse sentido, a prática é o resultado da teoria, ou seja, a prática não cria, a inovação se dá por meio da teoria. Na visão da unidade entre ambas, o foco é a união entre teoria e prática, essa união é simultânea e recíproca (SOUZA, TORRES e DANTAS, 2017).

De modo que “a educação profissional vem para dar uma base para os funcionários, para que eles atuem com mais qualidade nas organizações em que estão inseridos” (ENTREVISTADO E).

Ainda de acordo com o Entrevistado E, “o profissional precisa estar capacitado. Ele precisa buscar mais informação, não é só ter o diploma”. “É ele saber executar as atividades. Estar capacitado para conseguir enfrentar os desafios do dia a dia, ter mais autonomia”. “Este é o enfoque que a educação profissional busca”.

Segundo o entrevistado C,

“vejo a importância que a educação profissional tem. O mercado precisa de mão de obra qualificada, e as pessoas que precisam desses empregos para sobrevivência precisam entender que é necessário buscar as habilidades e competências que cabe aquela profissão” (ENTREVISTADO C).

De modo que se “as pessoas entenderem que, se elas passarem por uma educação profissional elas irão chegar mais preparadas para o mercado. E, claro, ter mais saúde. Durabilidade. Poder fazer prospecção dos seus sonhos, dos seus ideais” (ENTREVISTADO C).

Em tese, a formação técnica, desenvolvida pela educação profissional, possibilitará ao indivíduo a capacitação para a execução de atividades pertinentes à profissão escolhida, uma vez que desenvolveu as habilidades técnicas para o trabalho.

Tendo em vista que “o mercado é denso e complexo” e que “o objetivo principal do SENAC é fazer a formação entre o trabalho e a educação, na área de comércio de bens, serviços e turismo; sendo cada um desses também muito denso, muito profundo e muito complexo”. Cabe aos gestores do SENAC “tentar ouvir o mercado de trabalho para atender da melhor maneira possível” (ENTREVISTADO A).

Para entender atuação do SENAC, bem como a sua capacidade de atender e “ouvir” às demandas do mercado, faz-se necessário analisar o índice de evolução do emprego¹² na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, por setores de atividade econômica: comércio e serviços, no período que corresponde ao ano de 2006 até o mês de novembro do ano de 2017. Para esta análise, excluiu-se o subsetor de Administração Pública. Vide Gráfico 4.

Ao analisar o Gráfico 4, observa-se que no ano de 2008 a variação do emprego para o setor de serviços obteve um leve aumento (4,57% para 6,25%) em comparação ao ano de 2007 que registrou uma leve desaceleração. Em contrapartida, o setor de comércio registrou um aumento gradativo em sua variação.

No período estudado, tanto o setor de serviços quanto o de comércio apresentaram desaceleração do emprego formal na cidade de Montes Claros. Entre os anos de 2014 para 2015 e 2015 para 2016 ambos os setores evidenciaram valores negativos; os registros mais baixos foram: comércio (-2,48%) e serviços (-1,3%). Tal

¹² Metodologia do Índice de Evolução de Emprego do CAGED

Aplicação da metodologia: Exemplo aplicado em Janeiro/2008

- Os estabelecimentos "novos" (aqueles que fizeram a sua primeira declaração em 2007 pelo CAGED) foram integrados à Base de Referência com estoque igual à diferença entre admitidos e desligados ou a zero, no caso do total dos desligamentos ter excedido o das admissões.
- Os estabelecimentos omissos a RAIS 2006 e que declararam ao CAGED em 2007 foram integrados à Base de Referência com o estoque de janeiro/2006 acrescido do saldo das declarações ao CAGED em 2007.
- Os estabelecimentos considerados "mortos" (não declararam à RAIS 2006 e nem ao CAGED em 2007) tiveram seus estoques desprezados para efeito da Base de Referência.

Formula de cálculo da variação relativa do emprego no ano:

$(\text{Somatório do saldo da movimentação no ano de referência} \div \text{Estoque inicial de janeiro do mesmo ano}) \times 100.$

Fonte: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor>>, 2017.

fenômeno significa que ocorreram mais demissões que admissões de empregados, por empresas formais, no período registrado.

No ano de 2017 – até o mês de novembro¹³ – os setores de comércio e serviços registraram valores positivos quanto a variação do emprego, 0,85% e 2,22%, respectivamente. Ou seja, houve mais admissões que demissões.

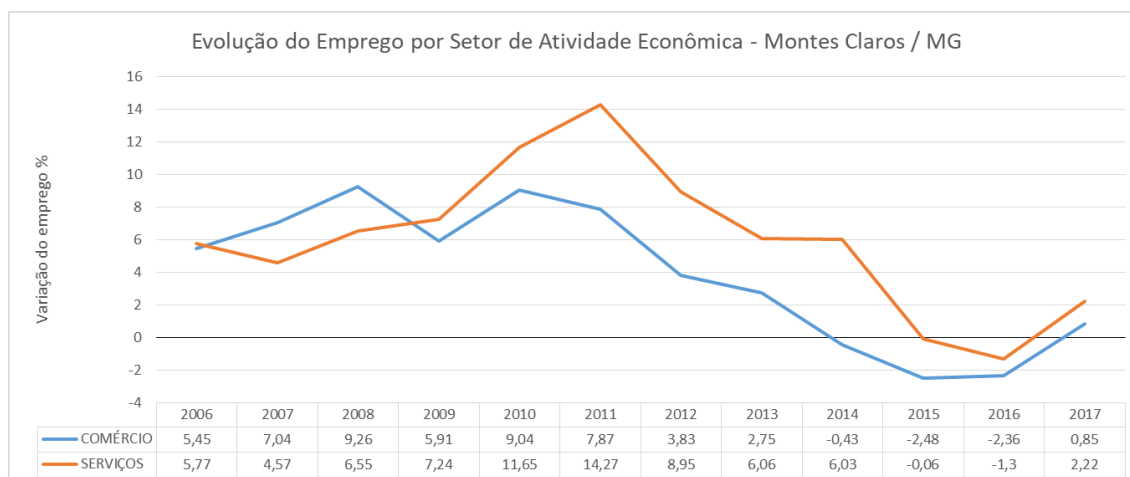


Gráfico 04: Evolução do Emprego por Setor de Atividade Econômica – 2006 a nov/2017
Fonte: MTE/CAGED, 2018.

A recessão sucede um período de razoável desempenho econômico, no qual o PIB cresceu à taxa média de 3,6% entre os anos de 2006 e 2012 (IBGE, 2016), fundado principalmente no aumento das demandas internacional e doméstica por produtos brasileiros. Porém ambas se demonstraram insustentáveis no longo prazo, e o Brasil necessita de outras fontes de crescimento. Nesse sentido, um fator indispensável na sustentação do crescimento econômico de longo prazo é o incremento da produtividade (SENAC, 2017).

Nesta vertente, o investimento em Capital Humano é capaz de aumentar a produtividade e influenciar o crescimento econômico. Trata-se de investimentos em educação e qualificação da mão de obra. E é nesta esfera que o SENAC precisa definir suas estratégias de atuação, compatibilizando seus cursos com as dinâmicas do mercado de trabalho.

¹³ Na data da coleta dos dados não estavam disponíveis no Portal do MTE – CAGED as informações referentes ao mês de Dezembro de 2017.

5.2. Programas de fomento à educação profissional

No que tange aos programas de fomento e incentivo à educação profissional, o SENAC “possui um programa titulado de Programa SENAC de Gratuidade - PSG, que consiste em oferta de cursos para a capacitação profissional da comunidade, de forma gratuita” (ENTREVISTADO C).

É uma obrigatoriedade do SENAC de “reverter 66,67% dos recursos que têm em gratuidade” (ENTREVISTADO A). De acordo com Manfredi (2016) o SENAC deve destinar 66,6% de sua receita líquida em gratuidade, ou seja, dois terços dos recursos seriam investidos na formação de estudantes de baixa renda e de trabalhadores.

Em seu planejamento anual, “cada unidade do SENAC, destina uma carga horária para os cursos que serão ofertados pelo PSG, de forma a atender à demanda local” (ENTREVISTADO C). Para a distribuição desta carga horária a preferência é dada para o Programa de Aprendizagem Profissional Comercial. Após realizada a distribuição da carga horária destinada ao Programa, “olhamos para os outros segmentos” no intuito de realizar a capacitação profissional de forma gratuita (ENTREVISTADO B). Logo, a carga horária restante é destinada aos cursos de habilitação técnica de nível médio e aos cursos de formação inicial e continuada (FIC), respectivamente (ENTREVISTADO B).

Segundo o Entrevistado A, o PSG possibilita todos esses vieses de atuação.

No ano de 2017, “só temos o PSG ativo” (ENTREVISTADO C) como programa de fomento à educação profissional. “A unidade do SENAC já trabalhou com outros programas de incentivo à formação profissional, como: Pronatec, por exemplo” (ENTREVISTADO D). E, segundo o Entrevistado A, não há perspectivas do SENAC em aderir aos programas governamentais, MedioTec, por exemplo.

Para além dos cursos profissionalizantes, o SENAC oferta ações extensivas em formato comunitário, também.

“existem as ações extensivas que a unidade oferta para a comunidade que é feita de forma gratuita, para que possa capacitar grupos especiais. Levamos muitas ações extensivas em escolas estaduais e municipais... principalmente para falar da questão de drogas, de sustentabilidade, de sexualidade, dentre outros. Então é feita essa parceria. A demanda não é só empresarial, e sim comunitária também” (ENTREVISTADO C).

As ações extensivas são ofertadas também para pessoas e comunidades em estados de vulnerabilidade, incluso na carga horária destinada ao PSG.

“Os convênios que existem, que tratam de pessoas vulneráveis, os CRAS, por exemplo, demandam muito essa ativação do SENAC. Nos grupos de famílias que têm necessidade. Já atuamos, também, com menores infratores. Então a ação extensiva chega aonde tiver necessidade. Ela pode ser de forma gratuita, ou de forma que cria-se um valor” (ENTREVISTADO C).

Os programas de fomento à educação profissional possuem importante papel para a atuação das instituições de ensino profissionalizante.

No que tange ao PSG, visto que este consiste na obrigatoriedade da instituição em ofertar a educação técnica, capacitando e formando indivíduos para o desenvolvimento de atividades para o trabalho, têm efeitos positivos na sociedade. Assim como os programas governamentais, a título de exemplo, o Pronatec, também possui. Caso a Instituição ofertasse cursos nesta modalidade, resultariam em aumentos na oferta de capacitação da mão de obra para o trabalho, além de ser um incremento ao desenvolvimento econômico e social.

5.3. O Perfil dos alunos do SENAC

Com o objetivo de analisar o perfil dos alunos do SENAC, particularmente da unidade de Montes Claros, utilizou-se uma base de dados do próprio SENAC, tratando-se as informações: gênero, faixa etária, escolaridade e renda dos matriculados nos cursos, no período entre 2006 a 2016.

Dos alunos ingressantes na unidade do SENAC em Montes Claros, 72% destes declararam ser do gênero feminino e 28% do gênero masculino. E observa-se no Gráfico 5 que a faixa etária dos alunos da unidade são, em maior parte, de 30 a 39 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, sendo 30%, 27% e 23%, respectivamente. Desses, 78% dos alunos da faixa etária de 30 a 39 anos são do gênero feminino. Assim como os de 18 a 24 anos, 66% são mulheres.

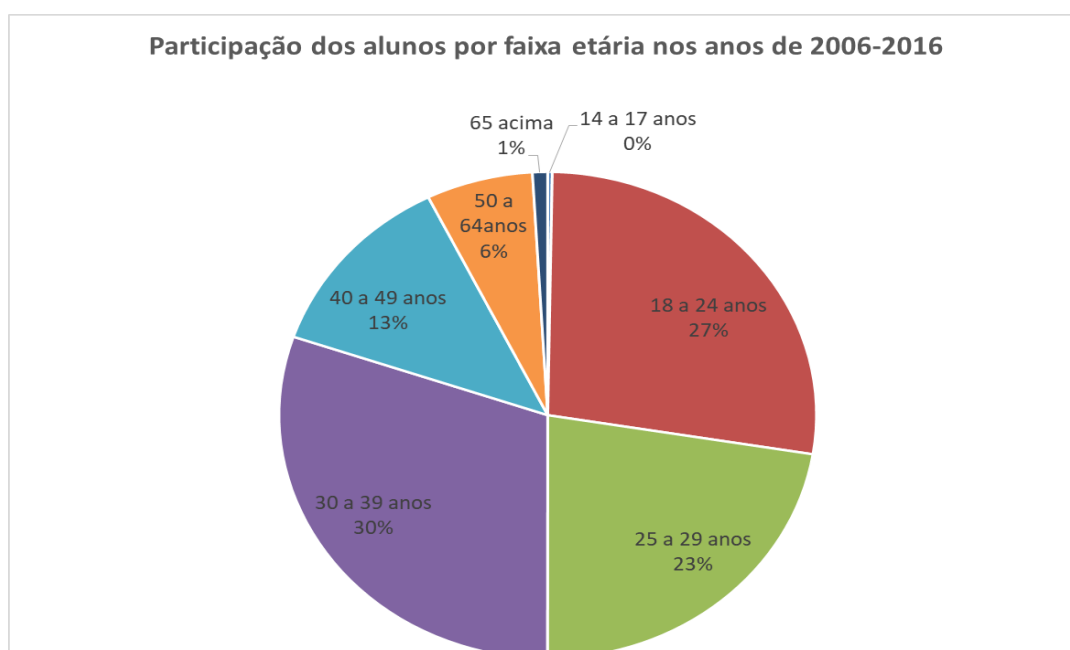


Gráfico 5: Participação dos alunos por faixa etária nos anos 2006-2016
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

Observa-se ainda que, os que declararam estar acima dos 40 anos, totalizam 7.845 alunos, registrando a participação de 20% em relação ao total de matriculados no período.

Quanto ao nível de escolaridade dos alunos da unidade, no período analisado, **78%** destes ainda estavam em curso ou concluíram o **ensino médio**; 10% dos matriculados possuem o ensino fundamental; e, 11% concluíram ou ainda estavam cursando a graduação. Vide Gráfico 6.

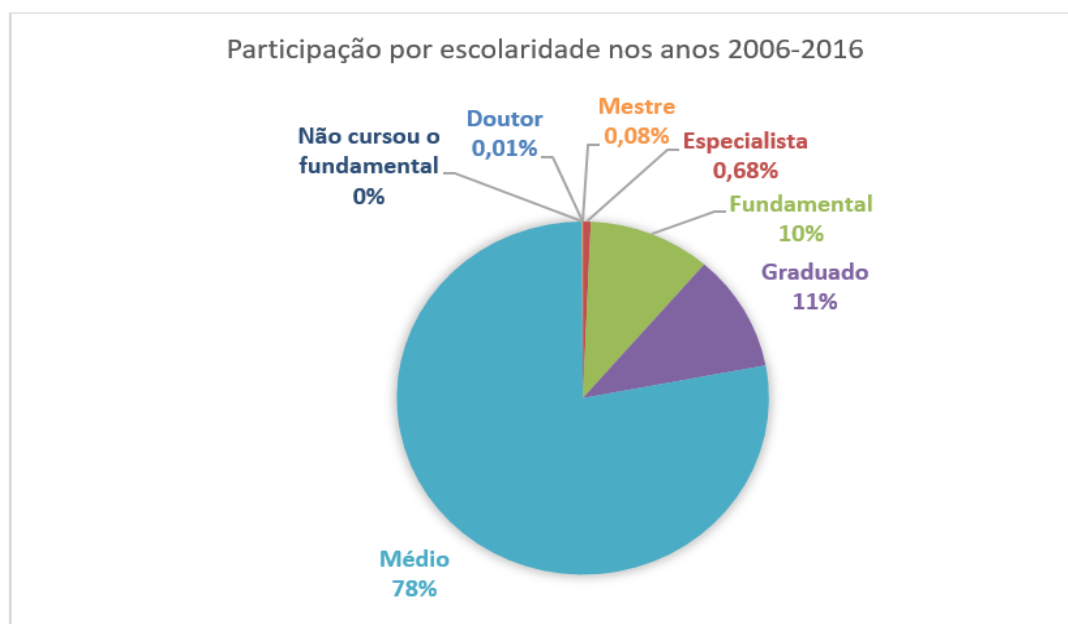


Gráfico 6: Participação por escolaridade nos anos 2006-2016
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

No que tange a escolaridade, ressalta-se que para ingressar nos cursos de Aprendizagem Profissional Comercial o aluno tem como pré-requisito a conclusão do ensino fundamental. Já os cursos FIC são independentes de escolaridade, de acordo com a área de atuação. E os cursos de nível médio com habilitação técnica podem ser cursados de três formas: integrado, quando o aluno está cursando o ensino médio e o ensino técnico ao mesmo tempo e na mesma instituição; concomitante, quando o estudante cursa o ensino médio em uma instituição e o curso técnico em outra; e subsequente, quando o ensino médio já foi concluído quando o aluno se matricula na formação técnica. O SENAC não oferta a modalidade “integrado”.

Ao analisar a escolaridade dos alunos da unidade de Montes Claros por gênero, constatou-se que a participação das mulheres é predominante em todos os níveis de escolaridade. Vide Gráfico 7.

Dados do IBGE confirmam que as mulheres que trabalham são mais escolarizadas que os homens. Em 2009, o IBGE constatou em pesquisa realizada com as mulheres no mercado de trabalho, que

enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. A parcela de mulheres ocupadas com nível superior completo era de 19,6%, também superior ao dos homens (14,2%). Por outro lado, nos grupos de menor escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres (IBGE, 2010)¹⁴.

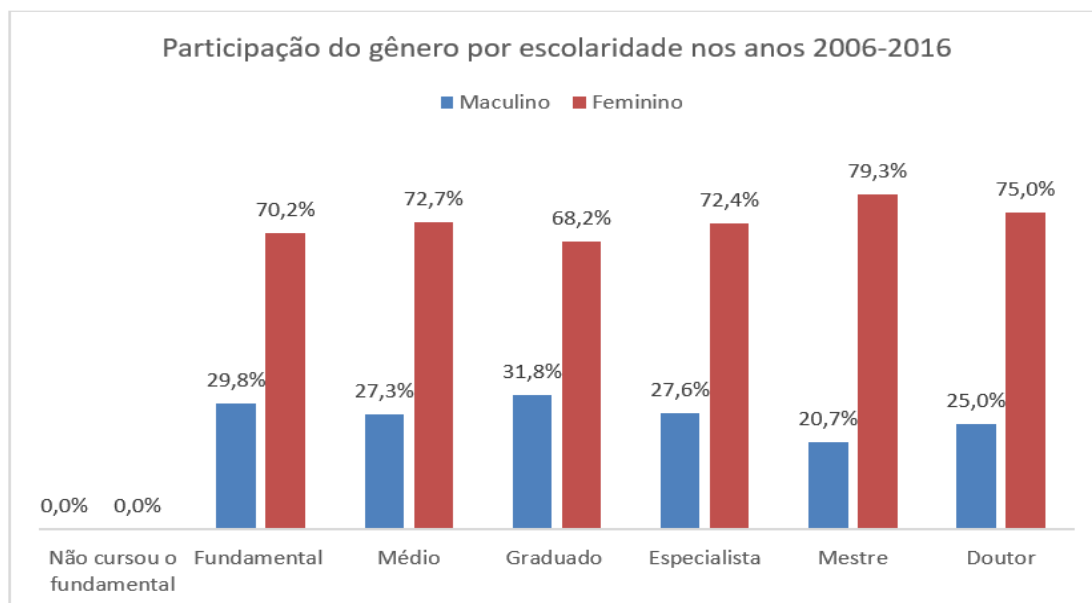


Gráfico 7: Participação do gênero por escolaridade nos anos 2006-2016.
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

Os que declararam como nível de escolaridade “Doutor”, quatro alunos no total, matricularam-se nos cursos FIC: Sistema Operacional Linux, Administração de Conflitos e Cabeleireiro. Os que se declararam como “Mestre” realizaram matrículas para os cursos das áreas: comunicação, moda, preparo de alimentos, saúde e segurança no trabalho, informática, saúde e beleza, e cursos de gestão, tais como: técnico em contabilidade e auxiliar de pessoal.

Quanto a renda familiar *per capita* dos matriculados nos cursos do SENAC Montes Claros, observa-se no Gráfico 8, que 42% dos matriculados não declararam esta informação no ato da matrícula. Excluindo os “não declarados”, a maioria dos

¹⁴ Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2010. Ver: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/13794-asi-ibge-divulga-divulga-informacoes-sobre-a-mulher-no-mercado-de-trabalho.html> >

matriculados informou que possuem renda acima de 1 até 3 salários mínimos (30%). Os que possuem até 1 salário mínimo totalizam 23% dos alunos. E acima de 3 salários mínimos registra-se 5% dos matriculados.

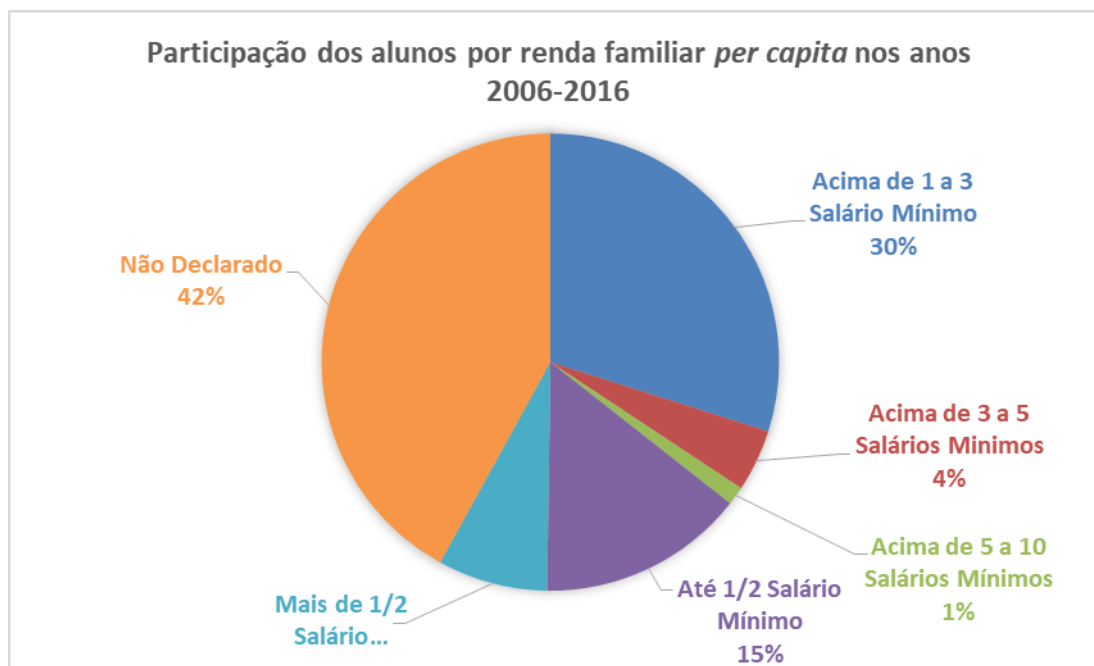


Gráfico 8: Participação dos alunos por renda familiar *per capita* nos anos 2006-2016.

Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

O entrevistado C relata: para que seja possível realizar a matrícula de alunos interessados nos cursos ofertados pelo PSG, tem-se como pré-requisito “ter renda *per capita* de até 3 salários mínimos”. Ressalta-se que não foi informado pela unidade quantas matrículas foram realizadas pelo PSG.

À vista disso, a análise do perfil dos alunos do SENAC demonstra que os cursos são procurados como meio de melhoria para os currículos, tentando melhorar a colocação no mercado de trabalho. E, também como uma ferramenta direcionadora para o futuro.

5.4. As demandas do mercado e a atuação do SENAC

A fim de se mensurar a demanda atual da educação profissional, realizou-se uma pesquisa com as empresas do setor do comércio de bens, serviços e turismo. Estas são os principais demandantes de mão de obra, e, por consequência, potenciais demandantes de formação profissional da área de atuação do SENAC.

5.4.1. Perfil das empresas entrevistadas por questionários

Todas as empresas entrevistadas (100%) concentram-se, geograficamente, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais.

A pesquisa foi realizada com o intuito de abranger todos os tipos de empresa pertencentes aos setores estudados, para que fosse mensurada diferentes realidades, uma vez que entende-se que as dimensões implicam em distintas demandas. Como resultado, observa-se a concentração das respostas nas empresas que se enquadram como Comércio (37,8%) e Gestão e Negócios (18,9%).

Observa-se que a maior parte das empresas é constituída de microempresas¹⁵ – até nove empregados – somando, 51%. Vide Tabela 2.

Tabela 2: Porte das empresas entrevistadas.

Porte das Empresas	n.	%
1 Funcionário	2	5,41%
2 a 4 funcionários	8	21,62%
5 a 9 funcionários	9	24,32%
10 a 24 funcionários	5	13,51%
25 a 49 funcionários	4	10,81%
50 a 99 funcionários	4	10,81%
Mais de 100 funcionários	5	13,51%
Total	37	100,00%

Fonte: Próprio autor, 2018.

¹⁵ Classificação do porte das empresas pelo número de funcionários que elas possuem, de acordo com o critério do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Destas empresas, 51% declararam que possuem abrangência municipal; 19% estadual; e, 13,5% nacional. Nenhuma das empresas entrevistadas atuam em âmbito internacional. E, ainda, 51% possuem como clientes pessoas físicas e jurídicas.

Ao analisar o perfil dos entrevistados, percebe-se que as entrevistas podem retratar as demandas do mercado, embora a quantidade de respostas retornadas pelas empresas esteja aquém do esperado dado o nível gerencial e de tomada de decisão dos respondentes, quando a maioria são proprietários (46%) ou gerentes (30%) ou diretores (8%). Vide Gráfico 9.

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos entrevistados possuem o ensino médio.

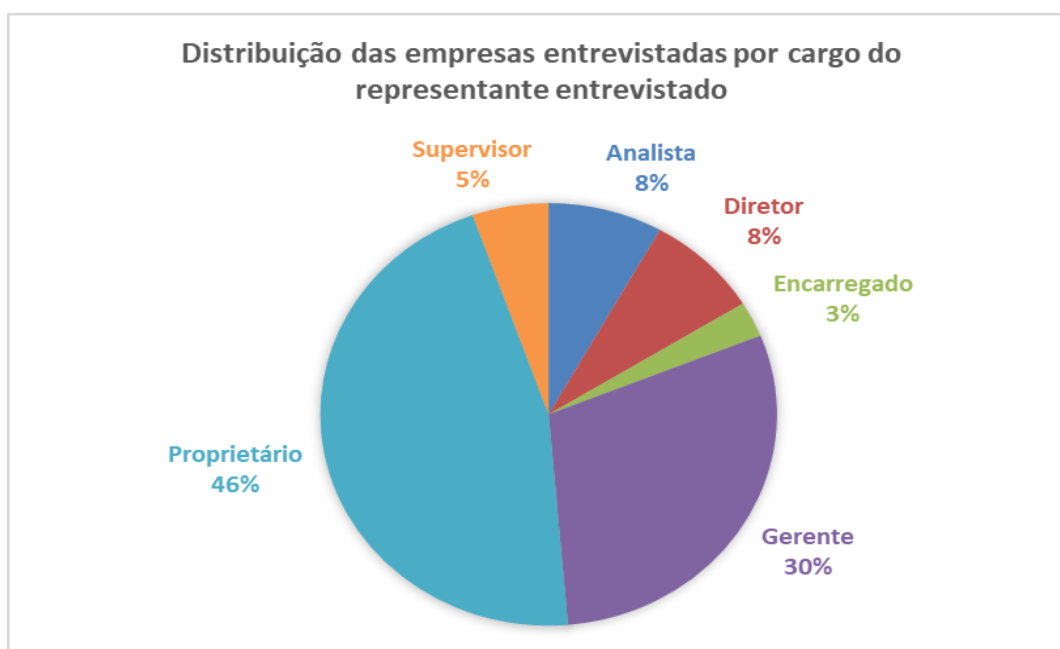


Gráfico 09: Distribuição das empresas entrevistadas por cargo do representante entrevistado.
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

5.4.2. Demandas do mercado por ocupação

A fim de se mensurar as demandas do mercado por profissão, os empresários foram questionados sobre a profissão/especialidade mais frequente em sua empresa. O Gráfico 10 apresenta o *ranking* considerando estas profissões. Observa-se que, somados, 50% - aproximadamente - das profissões estão ligadas as empresas de

Gestão e Negócios, 14% às atividades de vendas e 11% atendimento (receptionista e balconista).



Gráfico 10: *Ranking das profissões/especialidades mais frequentes nas empresas.*
Fonte: Próprio autor, 2018.

Ao questionar os empresários quanto as profissões/especialidades que eles possuem maiores dificuldades em contratar, 26% responderam que são atividades ligadas às vendas; 28% às de atendimento; e 27% relacionadas às atividades de gestão. Vale ressaltar que ao ranquear as profissões relatadas pelos empresários, a de repositor de mercadorias/estoquista ficou em quarto lugar (7%). Vide Gráfico 11.

Os respondentes afirmaram que as dificuldades encontradas para contratação de funcionários se dão por falta de pessoal com conhecimento técnico (31%), falta de experiência profissional (28%) e, também, problemas de comportamento/postura pessoal (25%); por fim, baixo número de candidatos (16%).

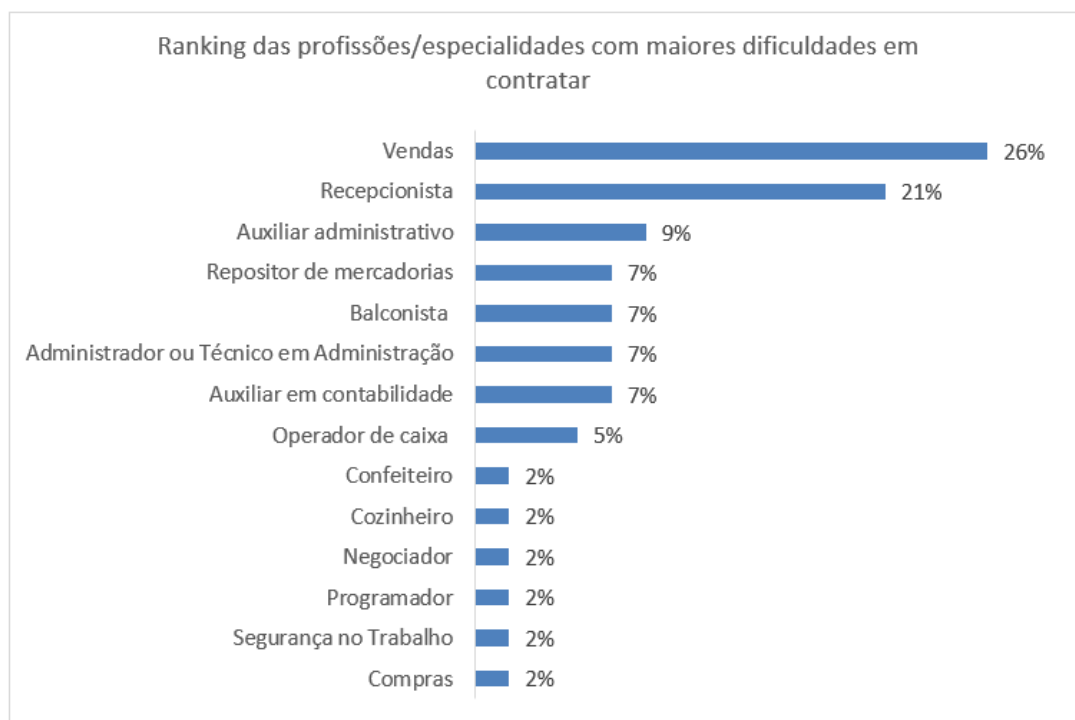


Gráfico 11: Ranking das profissões/especialidades com maiores dificuldades em contratar.
Fonte: Próprio autor, 2018.

Além de analisar as demandas do mercado pela ótica dos empregadores, buscou-se, também, junto ao banco de dados do CAGED, a quantidade de empregados admitidos menos desligados, no período estudado, no setor de comércio e serviços.

Para a análise, elaborou-se um quadro com o *ranking* das ocupações que mais admitiram empregados. Vide Apêndice C.

Analisando o saldo do emprego a partir do *ranking* do Apêndice C, observa-se que a ocupação que liderou foi a de Operador de Telemarketing Receptivo com saldo de 3.899 empregos. Em segundo lugar: Vendedor do Comércio Varejista, com 1.103 empregos. Seguido de Auxiliar de escritório, com 1.021 empregos.

Destacam-se também, as ocupações: Repositor de Mercadorias, Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo, Operador de caixa e Recepcionista; cada uma com saldo de emprego acima de 849 postos de trabalho entre os anos de 2006 a 2016.

Portanto, essas profissões, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, pelo CAGED, são as que geraram mais empregos na cidade de Montes Claros, no que concerne ao setor de Comércio e Serviços. Em contrapartida, são essas

as profissões que os empresários relataram ter dificuldades em contratar pessoas qualificadas para assumirem as vagas de emprego.

Deste modo, têm-se a importância de analisar a oferta de cursos profissionalizantes pelo SENAC.

5.4.3. Oferta de cursos profissionalizantes pelo SENAC

Ao analisar a oferta de cursos pela unidade de Montes Claros do SENAC, com base na série histórica de 10 anos – 2006 a 2016 – a unidade realizou 38.575 (trinta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco) matrículas para os cursos de nível médio com habilitação técnica, de formação inicial e continuada (FIC), do programa de Aprendizagem Profissional Comercial e de pós-graduação *lato sensu* (MBA).

Ao analisar o total de matrículas no período, observa-se no Gráfico 12 que 65% das matrículas realizadas foram destinadas aos cursos FIC; 29% aos cursos de habilitação técnica; e, apenas 6% aos cursos de Aprendizagem Profissional Comercial. Vale ressaltar que para os cursos de MBA, a unidade de Montes Claros ofertou apenas nos anos de 2008, 2011 e 2014, MBA em Gestão de Pessoas.

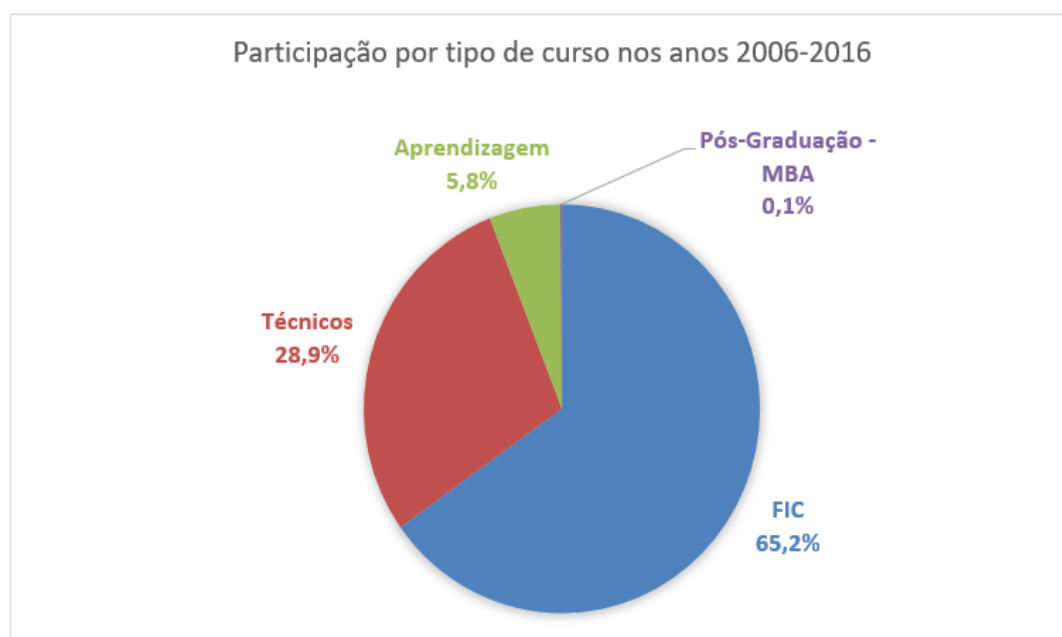


Gráfico 12: Participação por tipo de curso nos anos 2006-2016.
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

Observa-se que, entre os anos de 2006 a 2016, dos cursos de Formação Inicial e Continuada, 24% das matrículas realizadas foram destinadas ao eixo saúde e beleza, seguido dos de gestão e informática, 23% e 22%, respectivamente. Os cursos relacionados a atendimento e vendas, obtiveram apenas 8% e 6%, respectivamente, de matrículas no período. Vide Gráfico 13. Os cursos FIC ofertados por eixo tecnológico estão descritos no Apêndice D.



Gráfico 13: Participação dos cursos FIC por eixo nos anos 2006-2016.
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

Além dos cursos FIC, o SENAC também ofertou, no período analisado, cursos de habilitação técnica. Ao analisar a oferta destes cursos, observa-se que os cursos: técnico em farmácia (15%) e técnico em segurança do trabalho (15%) obtiveram maior participação quanto aos alunos matriculados. O curso técnico em Administração obteve participação de 11%, no período analisado. Vide Gráfico 14.

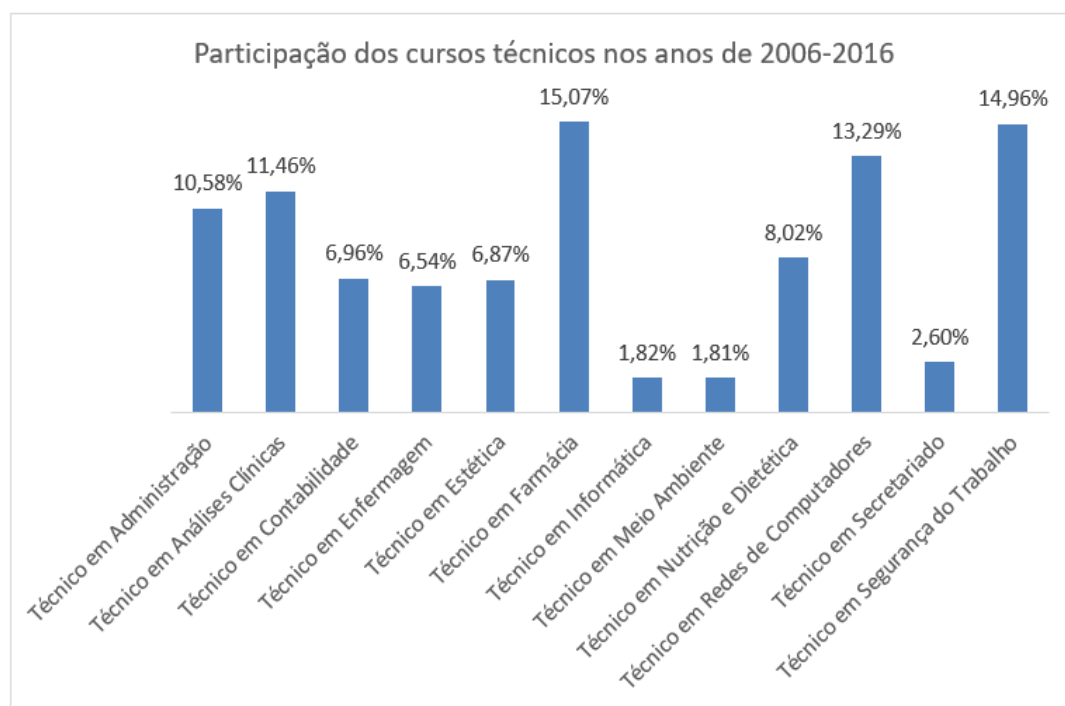


Gráfico 14: Participação dos cursos técnicos nos anos 2006-2016.
Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

Ao analisar a quantidade de alunos matriculados nos cursos técnicos, por ano, observou-se que o curso técnico em Administração, que pertence ao eixo tecnológico Gestão e Negócios, não foi ofertado em todos os anos. Em contrapartida, o curso técnico em Farmácia foi ofertado em todos os anos. Tal fenômeno pode causar baixa associação entre a oferta e a demanda por mão de obra, uma vez que foi constatado que a ocupação (Auxiliar de Escritório) que pertence ao eixo Gestão e Negócios está entre as que mais geraram emprego e, também, está entre as ocupações que mais demandaram por profissionais no período estudado. O impacto pode ser causado porque o profissional Técnico em Administração pode atuar nesta.

Nota-se também uma maior concentração de alunos entre os anos de 2009 a 2013 nos cursos técnicos ofertados pelo SENAC. Subentende-se que este fenômeno ocorreu porque durante o referido período estava vigente no SENAC a oferta de cursos pelo Pronatec, do Governo Federal.

Segundo o Entrevistado C o SENAC “já atuou como forma de parceria com o Pronatec”. Este,

“são programas educacionais que são lançados para capacitar e valorizar principalmente o público de baixa renda que tem menos oportunidade de ser inseridos. Hoje não estamos com nenhum programa governamental em ativo. O Pronatec não está ativo” (ENTREVISTADO C).

No ano de 2016, registou-se matrículas apenas para o curso técnico em Segurança do Trabalho. Vide Gráfico 15 e Quadro 2.

A instituição oferta também, cursos para jovens com idade entre 14 a 24 anos para o Programa de Aprendizagem Profissional Comercial, este é subdividido em serviços administrativos, serviços de supermercados e serviços de vendas. No período estudado, a unidade do SENAC em Montes Claros teve 2.238 alunos matriculados no programa. Nos anos de 2006, 2007 e 2016 não foi constatado registros de matrículas para este programa.

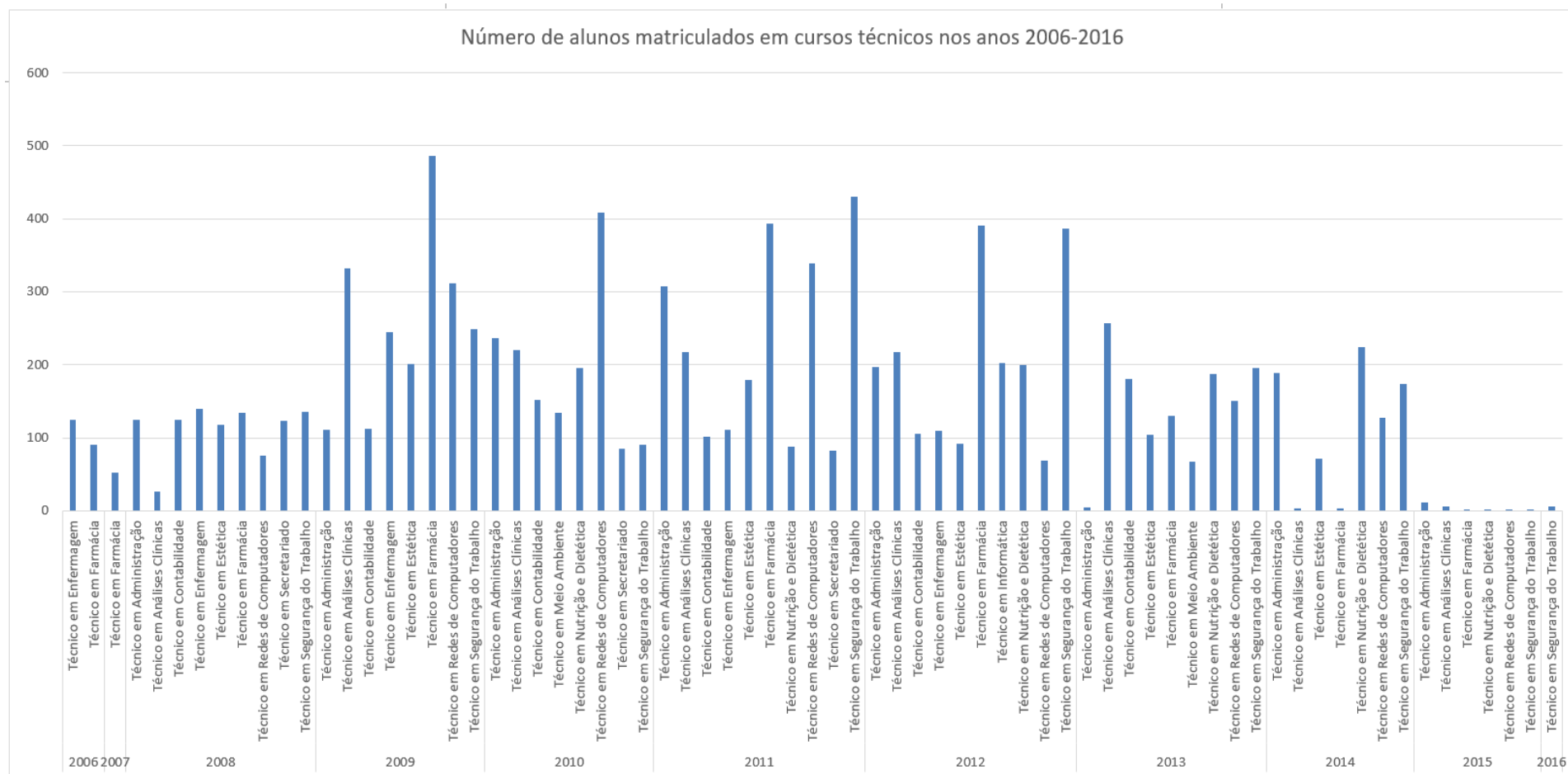


Gráfico 15: Número de alunos matriculados em cursos técnicos nos anos 2006-2016.

Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

QUADRO 2 – Número de alunos matriculados em cursos técnicos nos anos 2006-2016.

Curso	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ano											
Técnico em Enfermagem	124	0	139	245	0	111	110	0	0	0	0
Técnico em Farmácia	90	53	134	486	0	393	390	130	3	1	0
Técnico em Administração	0	0	124	111	237	307	197	4	189	11	0
Técnico em Análises Clínicas	0	0	26	332	220	217	217	257	3	6	0
Técnico em Contabilidade	0	0	124	112	152	102	106	180	0	0	0
Técnico em Estética	0	0	118	201	0	179	92	104	72	0	0
Técnico em Redes de Computadores	0	0	76	311	408	339	69	151	127	1	0
Técnico em Secretariado	0	0	123	0	85	82	0	0	0	0	0
Técnico em Segurança do Trabalho	0	0	136	249	90	430	386	195	174	2	6
Técnico em Meio Ambiente	0	0	0	0	134	0	0	68	0	0	0
Técnico em Nutrição e Dietética	0	0	0	0	195	88	199	187	224	1	0
Técnico em Informática	0	0	0	0	0	0	203	0	0	0	0

Fonte: SENAC. Elaboração do autor, 2018.

5.4.4. Capacidade do SENAC em atender às demandas do mercado

Entender o que o mercado espera em termos de formação profissional é fundamental para a estratégia de negócio do SENAC. Para tal, realizou-se o levantamento das profissões, dos setores de comércio e serviços, que obtiveram o maior número de contratações, pelo CAGED (ver Apêndice C), representando a demanda efetiva do mercado de Montes Claros, no período de 2006 a 2016; da oferta de vagas de emprego, pelo SINE (Apêndice E), representando a demanda potencial, medida no período de 2006 a 2016; e, os cursos ofertados pelo SENAC, no período estudado (Vide Quadro 3).

QUADRO 3 – Demandas de mão de obra e oferta de cursos, por ocupações.

Profissão	Empregos CAGED (1)	Vagas SINE (2)	Matrículas SENAC (3)
Ajudante de cozinha	742	242	56
Assistente Administrativo	2496	1895	2677
Atendente de Farmácia / Balconista/ Técnico em Farmácia	164	0	1726
Auxiliar de Contabilidade	140	134	884
Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas	69	20	1278
Auxiliar de Pessoal	23	53	873
Camareiro de Hotel	151	43	32
Confeiteiro	19	53	490
Costureiro na Confecção em Série	63	169	1175
Cozinheiro Geral	164	221	290
Cuidador de Idosos	24	55	39
Empregado nos Serviços Gerais	1378	906	52
Esteticista	29	20	805
Estoquista	2091	301	18
Frentista	126	35	102
Garçom	141	151	19
Operador de caixa	1238	503	146
Operador de Telemarketing	4885	603	838
Padeiro	19	66	357
Porteiro	274	70	0
Recepcionista	992	421	988
Técnico de Enfermagem	816	22	729
Técnico em Administração	102	0	1180
Técnico em Nutrição	21	0	895
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	243	42	1954

Continuação...

Técnico em Secretariado	115	0	299
Técnico em Segurança no Trabalho	28	88	1669
Vendedor	1364	1513	1162

Fonte: CAGED, SINE e SENAC. Elaboração do próprio autor, 2018.

Legenda:

(1) Admissões – Desligamentos no período de 2006-2016. (Apêndice C).

(2) Vagas de emprego abertas no período de 2006-2016. (Apêndice E).

(3) Matrículas nos cursos técnicos e FIC. (Gráficos 13, 14 e 15).

No intuito de analisar a correlação entre as variáveis do Quadro 3, utilizou-se o método estatístico Correlação de Pearson.

A partir da matriz de correlação obtida (Vide Tabela 3), percebe-se que a variável SENAC se apresenta positivamente associada à variável CAGED (0.11986) e entre as variáveis SENAC e SINE nota-se também uma associação positiva (0.36442). Porém, apresentam baixa correlação, indicando ausência de correlação.

Isso implica que o SENAC não atende de forma satisfatória as demandas do mercado, tanto pelo lado do SINE quanto o do CAGED. Ou seja, a demanda por mão de obra qualificada é superior à oferta de qualificação para esta.

Quando se analisa a associação entre a variável CAGED com a variável SINE, percebe-se que tal é positiva (0.70633), o que demonstra que o SINE e o CAGED possuem um alto grau de aderência entre as demandas potenciais e efetivas.

TABELA 03: Matriz de correlação.

	SENAC	CAGED	SINE
SENAC	1		
Sig.			
CAGED	0.11986	1	
Sig.	0		
SINE	0.36442	0.70633	1
Sig.	0	0	

Fonte: CAGED, SINE e SENAC. Elaboração do próprio autor, 2018.

O Quadro 2 apresentou as profissões com respectivas demandas efetivas, oferta de cursos para o mercado pelo SENAC e as demandas potenciais deste. Ao analisá-lo, observa-se que diante das demandas do mercado, para algumas ocupações, o SENAC contribui na formação da mão de obra, a atender a necessidade

do mercado. A saber: Vendedor, Atendente / Balconista / Técnico de Farmácia e Assistente Administrativo. (Para esta, o profissional com formação em Técnico em Administração pode atuar).

Embora, foi relatado pelos empresários que ainda há dificuldades em contratar profissionais com estas formações. Assim como as ocupações: Operador de caixa, Operador de telemarketing e Recepcionista, o SENAC está aquém na oferta de cursos para a formação de profissionais a fim de ocuparem essas profissões.

Nota-se também, que o SENAC, no período estudado, teve um número reduzido de oferta de cursos para a formação de profissionais para as ocupações de: Estoquista, Camareiro de Hotel, Empregado nos serviços gerais, Garçom e Ajudante de cozinha. Para a formação de Porteiros a instituição não ofertou cursos relativos à área.

No entanto, o Entrevistado C constata que,

“conseguimos atender o foco que o mercado tem necessidade. Porque o SENAC com o seu portfólio de cursos, atua nas empresas de forma muito ativa. Estamos o tempo inteiro em contato com empresários. Eles vêm nos demandar qualquer defasagem. Qual é o gargalo, qual é a deficiência que possuem. Então a gente utiliza dos portfólios do SENAC para atendê-los” (ENTREVISTADO C).

“Quando fazemos a contratação do docente, expomos quais são as necessidades e deficiências que as empresas estão nos demandando e o que é preciso trabalhar. É muito vivo! É um portfólio que foi criado, mas que é o tempo inteiro induzido a trabalhar com foco na realidade das empresas em contato, em constância que nos demandam. Então a gente está com o dizer fresco, com o que o mercado está com defasagem, até mesmo em questão de vagas, o que está necessitando da formação. Então fazemos esse acompanhamento para monitorar e não só formar o recepcionista em termos curricular. Nós formamos um recepcionista com a demanda que o mercado nos peça. E quais as habilidades e necessidades que esse profissional está em falta. A gente vai nesse gargalo, nesse gancho e lança os alunos com mais preparo para o mercado” (ENTREVISTADO C).

Quanto a atuação no mercado, bem como, a capacidade de atender às demandas, o Entrevistado A afirma que,

“o nosso principal objetivo é tentar ouvir o mercado de trabalho e atender da melhor maneira possível. Suprir 100% não é possível, mas tentar buscar escutar ao máximo e suprir essas necessidades, o SENAC de Montes Claros tem feito” (ENTREVISTADO A).

O SENAC contribui também na formação de autônomos para atender ao mercado, tais como: cabeleireiros, esteticistas, manicures, *design* de sobrancelhas, manutenção e programação de computadores, entre outros. Deste modo, o Entrevistado A relatou que, “uma atuação muito forte é a geração de renda, a auto renda. A pessoa tem a capacidade de fazer um curso e sair com o próprio negócio”.

De acordo com o IBGE, em 2016 houve um aumento de indivíduos independentes. “O número de trabalhadores por conta própria aumentou 1,3%, o que representa 22,1 milhões de pessoas no Brasil que são autônomos” (IBGE, 2017).

Considerando também que as inovações tecnológicas podem impactar na formação da força de trabalho qualificada frente às tecnologias. Bem como na atuação do SENAC por formação profissional, uma vez que algumas profissões começam a se destacar, e, por outro, profissões que antes tinham alta demanda passam a ficar ultrapassadas ou necessitam ser adaptadas à nova realidade. A título de exemplo, o curso de vendedor. Visto que, com o advento da internet o comércio eletrônico cresceu sobremaneira, para tanto, entende-se que os cursos ofertados na área de vendas/comercial devem se adaptar às novas frentes, permitindo suprir às demandas do mercado.

De acordo com a FecomércioSP (2018), o *e-commerce* brasileiro cresceu seu faturamento de 10% para 15% no ano de 2017, após encerrar 2016 com crescimento previsto de 8% nas contas do *Ebit*, e de 11% segundo a ABComm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico). Portanto, a coesão entre inovações tecnológicas e investimento em capital humano é muito importante. O desenvolvimento econômico depende, significativamente, dessa associação (ALVES, 2017).

O Entrevistado A declara que para acompanhar essas mudanças, é feita a leitura adequada do mercado atual, de modo que permitirá a diversificação do portfólio de cursos para que atenda essas expectativas.

Quanto a imagem do SENAC no mercado de Montes Claros, em pesquisa realizada com as empresas da cidade, quase a totalidade dos entrevistados (95%) apontou o conhecimento da instituição ou a marca SENAC, sendo que destes 92% teriam interesse em contratar serviços e/ou encaminhar funcionários para cursos no SENAC. E, 73% daria preferência em contratar profissionais formados pelo SENAC.

No entanto, 57% destes que conhecem o SENAC afirmaram que nunca utilizaram o SENAC para capacitar/treinar seus profissionais. Ressalta-se que, 78% das empresas declararam que não conhecem o portfólio de cursos que a instituição oferta. Contudo, isto não parece ter relação com a credibilidade da instituição, uma vez que os que utilizaram o SENAC para alguma finalidade classificaram os cursos como “ótimo” (61%). Uma diretriz interessante e estratégica para o SENAC é a realização de ações mais ativas na promoção de seus serviços, visando seu posicionamento.

5.5. As perspectivas de atuação do SENAC

As diversas alterações no cenário nacional contribuíram para profundas mudanças nos processos de reestruturação produtiva e gerencial em praticamente todos os setores empresariais. Em meio a tantos desdobramentos, o planejamento estratégico é uma ferramenta auxiliar para o gerenciamento de uma instituição. Essa circunstância impulsiona o enfrentamento das ameaças e a busca por soluções inovadoras, capazes de transformar os desafios em oportunidades.

Neste sentido, “o que temos feito é buscar ferramentas de qualidade na prestação de serviço para que consiga aproximar cada vez mais da necessidade do mercado”. Então, “o SENAC não se desprende de planejar a educação profissional em todos os seus eixos” (ENTREVISTADO A).

O entrevistado C explanou que o SENAC atua na formação técnica e superior. De modo que,

“nós do SENAC respiramos educação profissional. Nós nascemos para preparar mão de obra qualificada. Então a gente atua nos eixos, tanto da aprendizagem comercial até a pós-graduação” (ENTREVISTADO C).

E que estas possuem perspectivas de atuação e crescimento profissional diferentes, considerando que são formações complementares.

“A educação técnica profissionalizante vai ensinar de forma mais ativa e prática aquilo que cabe a profissão. E de forma com que o jovem dá aquele primeiro passo, ele chega em uma empresa com um curso técnico, ali ele está preparado para ser o funcionário que for. Ele pode fazer um curso técnico em administração que ele vai ter uma base, um suporte para ser um assistente administrativo, mas com uma visão de chegar a liderança.

Então eu acredito que nós não construímos uma casa pelo telhado, não que a graduação te garanta este telhado, mas você não tem uma visão muito transparente, até mesmo ativa do que cabe aquela profissão que você escolheu se graduar. Então, para mim, para minha visão, para o que eu acredito, que eu educarei meus filhos, vai ser de que nós começamos a construir uma casa é pelo alicerce. Então o alicerce, acredito que é a educação básica, sólida, com total entendimento do que foi trabalhado nos currículos. Posterior, vou levantar as paredes. Essas paredes acredito que é a formação profissional, que é a técnica. É onde irei provar daquilo que eu acredito, é o que eu tenho habilidade. São as minúcias daquela profissão, que eu consiga, com passos pequenos, que eu consiga entrar dentro de uma empresa. E posterior a isso, eu vou caminhando a minha especialização. Fiz um técnico, provei de ser um técnico no mercado de trabalho, provei da oportunidade de estar no mercado. E ali analiso se quero realmente crescer naquilo que escolhi fazer, ou se não, se quero trocar. É como se fosse degustar primeiro antes de comprar. A gente degusta o chocolate, depois decide se vai levar, qual a quantidade que eu levo. Eu degusto de um vinho pra eu saber se levo a garrafa. Então educação profissional seria degustar para saber onde eu me especializo, para onde eu acreditar que serei bem sucedido. E ter ali a minha felicidade de forma ativa.

Então, a graduação, a pós, o mestrado vem daquela decisão de que eu já provei que é isso que eu quero. Então acredito que ela não vai perder a sua força, porque ela tem esse papel. Ela tem esse papel de deixar o jovem, deixar o aluno provar, para ter a certeza se é aquilo que ele quer. E, claro, que quando ele prova de uma educação profissional, ele consegue ser inserido no mercado, e dali ele usa disso como um trampolim para alcançar a sua graduação. Ele está indo com base real do que cabe aquele profissional, do que simplesmente já saltar da educação básica - do ensino médio - para uma graduação, sem ter vivenciado a prática real que é o mercado” (ENTREVISTADO C).

“Nisso entra o modelo pedagógico do SENAC, que é uma metodologia onde está diretamente ligada a profissão com mercado de trabalho. [...]. O mercado reconhece e absorve este profissional” (ENTREVISTADO C).

Nesta vertente, o SENAC pode ter papel fundamental e relevante para o crescimento econômico, uma vez que o aluno tem a possibilidade de desenvolver os pilares da formação profissional, de acordo com o Modelo Pedagógico da Instituição.

Para atender ao mercado e as expectativas quanto a formação desses profissionais, a instituição “está apostando em readequar as metodologias de ensino. Realmente está preocupado com o futuro. Ele quer estar engajado com esse futuro, e estar disponibilizando informação para os seus docentes, capacitando eles” (ENTREVISTADO E).

De acordo com Andrade (2010), o aprendizado depende de estudantes, professores e das instalações e recursos à disposição. Diferenças na habilidade e motivação dos alunos são importantes. Conhecimento, habilidade e experiência por parte dos professores também são fatores fundamentais. E mais a qualidade do ensino também depende de tamanho da escola, tamanho da sala de aula, carga horária, metodologias de ensino, especialização e boas instalações para laboratórios e bibliotecas (ANDRADE, 2010).

No que tange a metodologia de ensino, o Departamento Nacional, em conjunto com os Departamentos Regionais, concebeu no ano de 2013 o Modelo Pedagógico SENAC - MPS. O Modelo qualifica a oferta da Educação Profissional do SENAC em todo o território nacional e representa a consolidação de práticas pedagógicas realizadas na instituição, para o desenvolvimento de competências¹⁶.

“É uma metodologia em que está diretamente ligada: a profissão com mercado de trabalho. Os professores são conduzidos a trazerem para a sala de aula um laboratório do mercado de trabalho real. Então [o aluno] ele sai com uma visão mais aguçada, mais preparada para atuar” (ENTREVISTADO C).

“O MPS é um modelo [pedagógico] nacional que exige além da teoria, a prática no mercado de trabalho. Para que o aluno vivencie e já entre no mercado de trabalho conhecendo o que será executado na prática” (ENTREVISTADO B).

O Modelo Pedagógico SENAC parte da concepção de que a educação profissional ofertada deve contribuir para o desenvolvimento dos sujeitos, não apenas do ponto de vista profissional, mas, também, “em sua condição de cidadãos, de forma

¹⁶ Ver: <<http://www.dn.senac.br/educacao-profissional/modelo-pedagogico/>>

a trazer impacto positivo em suas vidas, na comunidade em que vivem e para a sociedade como um todo” (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

Neste modelo, para a formação profissional dos alunos, estabeleceu-se marcas formativas que consistem em características que os diferenciam enquanto profissionais formados pelo SENAC, a saber: atitude empreendedora, domínio técnico-científico, visão crítica, atitudes sustentável e colaborativa (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

O Modelo Pedagógico SENAC concebe a organização de cursos em estruturas curriculares, cuja competência é a própria Unidade Curricular. Desta forma, a organização de um curso passa a ter como ponto de partida o perfil profissional, no qual se encontram as principais características do profissional, bem como as competências necessárias para atuação na ocupação (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

“A concepção de metodologia rompe com a tradicional divisão entre teoria e prática e privilegia o desenvolvimento de competências por meio de práticas pedagógicas ativas, inovadoras, integradoras e colaborativas, centradas no protagonismo do aluno. O núcleo da proposta metodológica que orienta a prática nos ambientes de aprendizagem SENAC organiza-se a partir do conceito de ação-reflexão-ação, no qual se aprende fazendo e analisando o próprio fazer por meio de atividades que buscam articular a realidade do mundo do trabalho com as experiências prévias dos alunos, possibilitando uma aprendizagem significativa, que supera o paradigma tradicional, outrora focado na transmissão de conteúdo” (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

“O modelo prevê a criação de espaços privilegiados de aprendizagem, nos quais se promovam a articulação das competências que compõem o perfil profissional de conclusão de um curso e se evidenciam as Marcas Formativas SENAC: os Projetos Integradores. Como fios condutores dos cursos, fortalecem a relação dialógica e a aprendizagem colaborativa por meio do desenvolvimento de projetos nos quais os alunos são convidados a resolver situações desafiadoras relativas à ocupação. Aprende-se problematizando, pesquisando, testando hipóteses, tomando decisões e agindo em equipe para atingir os objetivos, de forma a estabelecer uma conexão entre a sala de aula e o mundo do trabalho” (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

A avaliação da aprendizagem no SENAC visa evidenciar o desenvolvimento das competências requeridas pelos perfis profissionais dos cursos.

“A ação avaliativa mobiliza, de forma articulada, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, considerando a realidade social, política, histórica, econômica e cultural na qual as relações humanas, situações de trabalho e formação são construídas” (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

“A avaliação no SENAC é realizada de modo a resguardar a transparência e objetividade do processo avaliativo, possibilitando a docentes e alunos da Instituição a possibilidade de diagnosticarem a aprendizagem já realizada e as dificuldades encontradas, de forma a reorganizarem a ação educativa” (SENAC - DEPARTAMENTO NACIONAL, 2017).

A partir do alinhamento nacional do Modelo Pedagógico SENAC, o Departamento Nacional juntamente com seus Departamentos Regionais mapeou os perfis profissionais em âmbito nacional, e os traduziu em planos de cursos que atendam às necessidades do mercado.

“No cenário em que estamos, o SENAC nacional obedecendo as especificidades regionais e locais traz um produto unificado, o MPS. Então uma pessoa tem condições de iniciar um curso em Montes Claros e terminar em Manaus. Então trazendo este modelo, nesta perspectiva, o cenário do mercado, que hoje em necessidade, só aponta para produtos melhores, produtos mais aderentes ao mercado. É empenhar toda a energia na formação profissional” (ENTREVISTADO A).

Portanto, ao institucionalizar o MPS em nível nacional, o SENAC, particularmente os orientadores de cursos, equipe pedagógica e toda a sua estrutura física, tecnológica e pedagógica, cria condições para que o aluno desenvolva as competências requeridas para aquela profissão em curso. E ainda, a simulação do mercado de trabalho durante as aulas, estreita a teoria e a prática, proporcionando ao aluno a vivência do contexto junto ao fazer profissional.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo são apresentadas as conclusões a partir dos resultados obtidos e analisados no capítulo anterior, partindo-se de cada um dos objetivos específicos da pesquisa.

Com o desenvolvimento e a conclusão dos objetivos específicos, pode-se dizer que houve o alcance do objetivo geral que foi definido como: analisar o grau de aderência entre a educação profissional e o mercado de trabalho, particularmente de profissionais de comércio e serviços, no que concerne à atuação do SENAC na cidade de Montes Claros.

Sendo os objetivos específicos norteadores desta pesquisa, pode-se dizer que o primeiro objetivo, entender a percepção dos gestores, supervisão pedagógica e orientadores de cursos do SENAC em relação à educação profissional e o mercado de trabalho, para esses atores a educação profissional é definida como um caminho para que o indivíduo possa desenvolver habilidades e competências técnicas, estreitando as lacunas existentes entre a teoria e a prática, o que proporciona a ele sua inserção no mercado de trabalho no curto prazo; nessa conformidade, esteja diretamente ligado as necessidades dos diferentes negócios, atendendo assim aos anseios do mercado.

Com isso é possível compreender que o ensino profissional é de suma importância para o desenvolvimento econômico de uma sociedade, visto que investimentos em educação resultam em maior produtividade, pois o indivíduo desenvolve seus conhecimentos e habilidades para o trabalho adquiridas no ensino.

Em relação ao segundo objetivo, entender as políticas de fomento à educação profissional, e particularmente, as políticas do SENAC, conclui-se que existem políticas de governo de incentivo ao ensino profissionalizante, tais como: Pronatec e MedioTec. Atualmente, no SENAC está vigente apenas o Programa SENAC de Gratuidade. Este se desdobra na oferta de cursos FIC, habilitação técnica de nível médio, programa da Aprendizagem Profissional Comercial e em ações extensivas. O PSG surgiu com a ideia de tornar o ensino técnico/profissionalizante acessível as classes mais baixas, tratando-se de uma das principais medidas da Instituição para a capacitação da mão de obra.

Assim como o PSG, caso a Instituição ofertasse cursos pelo Pronatec, em parceria com o Governo Federal, este incrementaria o desenvolvimento econômico da cidade. Logo, a consonância do SENAC com o mercado.

Partindo-se para o terceiro objetivo específico, descrever e analisar o perfil dos alunos da unidade de Montes Claros do SENAC, observou-se que grande parte dos alunos declararam ser do gênero feminino, com idades entre 30 a 39 anos, com renda familiar *per capita* entre 1 a 3 salários mínimos. Os estudantes possuem como escolaridade o ensino médio como última formação. Observou-se ainda, que as mulheres estão presentes em todos os níveis de escolaridades, com maior participação em cada nível de escolaridade.

Outro fato que chamou atenção nesta pesquisa é de que a maioria dos alunos que participaram dos cursos possuem renda dentro dos critérios para participação do PSG, o que demonstra que no geral o programa conseguiu atingir o público considerado alvo para o mesmo. Referente a escolaridade o que chama atenção é que após concluírem o ensino médio, os indivíduos procuram nos cursos uma qualificação técnica com intuito de melhorar a colocação profissional.

No quarto objetivo específico, analisar a capacidade de resposta do SENAC às demandas do mercado na cidade de Montes Claros, pode-se visualizar a relação entre oferta e demanda.

Construindo a relação SENAC *versus* mercado de trabalho, constatou-se que, dos cursos ofertados pela unidade, há maior participação dos que pertencem aos segmentos de saúde e beleza (24%), gestão (23%) e informática (22%). Constatou-se também, que as ocupações que mais demandam mão de obra qualificada são aquelas ligadas ao segmento gestão, tais como: Vendedor, Assistente Administrativo, Operador de Telemarketing, Operador de Caixa, Recepcionista e Estoquista. Vale ressaltar que para a profissão de Estoquista, houve apenas 18 (dezoito) profissionais capacitados para esta atividade laboral, por parte do SENAC, em um período de dez anos.

No que tange ao grau de aderência entre oferta e demanda, constatou-se que o SENAC contribui de forma positiva, porém, aquém, para responder ao mercado formal.

Destacando os relatos dos entrevistados, constatou-se que a Instituição, de fato, não consegue suprir cem por cento as demandas do mercado, mas que busca ao máximo estar em consonância com este. O SENAC ainda possui importante papel para a formação de profissionais na cidade de Montes Claros, principalmente para aqueles que visam a geração da auto renda, através de cursos que possibilita profissionais a serem independentes, isto é, autônomos. Tais como: Cabeleireiro, Manicure, Maquiador, Esteticista, Massagista, Técnico em Manutenção de Computadores, entre outros. Embora, esses cursos não contribuem de forma efetiva para o mercado formal, conseqüentemente, não atendendo as demandas dos empresários e do setor de Comércio e Serviços.

Sugere-se como direcionador estratégico, destinar a carga horária do Programa SENAC de Gratuidade para a oferta dos cursos que a Instituição esteja aquém. Deste modo, possivelmente, o SENAC de Montes Claros conseguirá entrar em consonância com o mercado de trabalho formal, uma vez que a demanda efetiva e potencial é elevada para tais qualificações.

Quanto a aproximação da instituição com as empresas, a fim de atender a demanda do mercado de forma mais eficaz, é visto que 95% das empresas entrevistadas conhecem o SENAC, mas apenas 43% já utilizaram a instituição para o treinamento e/ou capacitação dos seus empregados. Um outro ponto sinalizado foi a necessidade de conhecer o portfólio de cursos do SENAC e assim utilizar os seus serviços. Uma diretriz estratégica para a Instituição é a realização de ações ativas na promoção de seus serviços, visando o seu posicionamento de mercado.

E, no quinto objetivo específico, apresentar as perspectivas de atuação do SENAC em Minas na educação profissional, evidenciou-se que a instituição procura se adequar às necessidades do mercado, bem como às frentes tecnológicas, planejando a educação profissional em todos os eixos de atuação.

Visando a excelência na formação profissional do aluno, a instituição preconiza em seu modelo pedagógico, que se encontra em fase de implementação na data desta pesquisa, o maior aproveitamento das práticas profissionais destinadas ao curso que o compete, e também, desenvolvimento da condição de cidadão. Consolidando-se assim, as marcas formativas SENAC. (O Modelo Pedagógico SENAC – MPS é unificado, em âmbito nacional).

Por fim, a pesquisa trouxe reflexões quanto a formação humana com vistas para a profissionalização e a atuação dos indivíduos no mercado de trabalho. Para além do SENAC, a educação profissional possui papel importante na sociedade, visto que investimentos em capital humano, particularmente em educação, refletem na produtividade do trabalhador, aumentarão a sua renda e, conseqüentemente, promoverão o crescimento econômico.

A presente pesquisa apresentou limitação quanto ao escopo temporal, limitado aos meses de agosto de 2017 até fevereiro de 2018. Os dados coletados, tratados e analisados não poderão ser considerados para outra realidade, uma vez que se limitam à unidade do SENAC em Montes Claros. Leva-se em consideração o tempo em que ocorre esta pesquisa, e futuras pesquisas deverão realizar atualização das informações coletadas.

Quanto ao escopo teórico e conceitual, a pesquisa está limitada aos temas de capital humano, educação profissional e Sistema “S”. Também apresenta limitações por tratar-se de um estudo qualitativo descritivo. Como é uma pesquisa qualitativa, com isso “traz subjetividades e alguns prejuízos em relação à precisão das informações, tanto por parte do respondente como a do pesquisador que as interpreta” (SILVA, 2016, p.64).

Sugere-se trabalhos futuros, que abordem as relações entre a educação profissional e o mercado de trabalho para outras unidades do SENAC no Estado, podendo dessa forma identificar em âmbito estadual aquelas relações e também estudos com vistas à continuidade dos egressos do ensino básico na educação profissional e no mercado de trabalho. Salienta-se que também podem ser realizados estudos sobre a implantação do Modelo Pedagógico SENAC como estratégia de atuação do SENAC, em esferas municipal, estadual e nacional. Além de estudos com vistas para a relação entre oferta e demanda no mercado informal.

REFERÊNCIAS

ADAM SMITH. **A Riqueza da Nações**. Nova Cultural, 1988, Coleção "Os Economistas", v. 1, p. 17-54.

ANDRADE, R. de. **Teoria do Capital Humano e a Qualidade da Educação nos Estados Brasileiros**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

ALVES, D. B. **Educação e Desenvolvimento Econômico: um estudo para a região Norte de Minas Gerais, com ênfase no ensino fundamental**. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2017.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BECKER, G. S. Human Capital. The Concise Encyclopedia of Economics. 2008. Library of Economics Liberty. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/HumanCapital.html>> Acessado em 19 de maio de 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal do Emprego**. 2010. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/13794-asi-ibge-divulga-informacoes-sobre-a-mulher-no-mercado-de-trabalho.html>> Acessado em: 16 de dezembro de 2017.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral**. 2016 Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/servicos/pms/default.shtm>> Acessado em: 22 de dezembro de 2017.

_____. **Brasil aumenta o número de trabalhadores autônomos em 2016**. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/12938-asi-brasil-aumenta-o-numero-de-trabalhadores-autonomos-2016.html>> Acessado em: 10 de março de 2018.

BRASIL. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. REITORIA. **Pronatec: um caminho de oportunidades pela educação profissional e tecnológica.** 2016. Disponível em: < <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/2016-03-09-Pronatec-v-FINAL-MINISTRO.pdf>> Acessado em 02 de julho de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, 2009.

_____. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** Brasília, 2007.

_____. **PACHECO, E. Os Institutos Federais.** Brasília, 201-.

_____. **MedioTec.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/41151>> Acessado em: 27 de junho de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Evolução do Emprego do CAGED.** 2017. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.o.xhtml#relatorioSetor>> Acessado em: 15 de dezembro de 2017.

_____. **CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.** Brasília, DF, 2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acessado em: 26 de março de 2017.

CANALI, Heloisa Helena Barbosa. Trabalho e educação: o papel da escola de aplicação da **Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia Paraense.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras.** Brasília, DF: 2015.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - FECOMÉRCIOSP. **Comércio eletrônico cresce em 2017**. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/comercio-eletronico-brasileiro-com-crescimento/>> Acessado em: 27 de Janeiro de 2018.

FERRETI, C. J. **Educação Profissional numa Sociedade sem Empregos**. In: Cadernos de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC–SP. São Paulo. n. 109, p. 43- 66, março, 2000.

FICSCHES, T; WAIANT, C. **A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro: uma proposta integradora entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho**. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília, v. 9, n. 16, p. 87 - 110, abril, 2012.

KELNIAR, K. V. **A Teoria do Capital Humano: revisitando conceitos**. In: Revista: O Método Científico. Paraná, v.8, p.55-61, outubro, 2013.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, K. D. **Amostragens Probabilística e Não Probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro: 2012.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1978.

SANTANA, G. G. **A reconstrução histórica do SENAC de Uberlândia- MG (1954-1974)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

SILVA, E. R. L. **Ensino Médio e a Educação Profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990-2010)**. Dissertação de Mestrado.

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Belém, 2015.

SILVA, F. S. C. A. **A inserção dos egressos dos cursos superiores de tecnologia na pós-graduação: um estudo de caso no SENAC-Santa Catarina/SC.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

SOUZA, D. D. F.; TORRES, M. J. F.; DANTAS, S.F. **Percepção da relação teoria e prática no trabalho docente: um estudo com professores da área da saúde.** In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Belém, v. 1, n. 12, p.125-139, abril, 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. DEPARTAMENTO REGIONAL - MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão 2016 – SENAC em Minas.** 2017. Disponível em: < <http://www.mg.senac.br/transparencia/#/Minas-Gerais>> Acessado em: 12 de outubro de 2017.

_____. **Plano de Ação da Administração Regional (2017-2019) SENAC em Minas.** 2017. Disponível em: <<http://www.mg.senac.br/transparencia/#/Minas-Gerais>> Acessado em: 12 de outubro de 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. DEPARTAMENTO NACIONAL. **Modelo Pedagógico SENAC.** 2017. Disponível em: <<http://www.dn.senac.br/educacao-profissional/modelo-pedagogico/>>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

_____. **Pesquisa da Demanda Atual da Educação Profissional.** 2017. Disponível em: <http://www.dn.senac.br/wp-content/uploads/2017/08/pesq-dem-atual-EdProf_WEB.pdf> Acessado em: 17 de novembro de 2017.

_____. **SENAC 70 anos.** 2016. Disponível em: < <http://www.senac.br/senac-sesc/>> Acessado em: 15 de setembro de 2017.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Unidades.** 2017. Disponível em: <http://www.sescmg.com.br/wps/portal/sescmg/unidades/servicos/sesc_montesclaros>. Acessado em: 07 de agosto de 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WITTACZIK, L. **Educação Profissional no Brasil: Histórico.** In: E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.77-86, 1 sem., 2008.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado:

Cargo:

Data da Entrevista:

Autorização de Gravação de Voz

Autorizo a gravação da entrevista que concederei nas dependências do SENAC em Montes Claros, ao mestrando Vinícius Alexandre Pereira Saldanha, para fins exclusivos de obtenção de dados para elaboração da Dissertação de Mestrado a ser apresentada na Universidade Estadual de Montes Claros para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial.

Bloco 01: Percepção quanto ao ensino profissional e sua relevância no mercado de trabalho.

Bloco 02: Atuação do SENAC, particularmente a Unidade de Montes Claros, no mercado de trabalho norte Mineiro, bem como a sua capacidade de atender às demandas deste mercado.

Bloco 03: Alunos egressos do SENAC - Unidade de Montes Claros.

Bloco 04: Programas de fomento à educação profissional.

Bloco 05: Ação e entraves do campo.

Bloco 06: Planejamento e perspectivas do SENAC, em Minas, em relação a sua atuação; e o futuro da educação profissional no Brasil.

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DA DEMANDA ATUAL DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SETOR DO COMÉRCIO

Perfil do respondente

P01. Qual é o cargo que ocupa na empresa?

1. Diretor
2. Gerente
3. Proprietário
4. Outro (especificar): _____

Perfil da empresa

P02. Estado da empresa: _____

P03. Cidade da empresa: _____

P04. Qual é a atividade principal da empresa?

1. Gastronomia (restaurante, bar etc.)
2. Hotelaria e Turismo (hospedagem, serviços turísticos)
3. Informática (técnico em informática, serviços de TI)
4. Beleza (salão de beleza, depilação)
5. Saúde (consultório/clínica, hospital, exames laboratoriais, estética)
6. Educação (idiomas, Libras, instituições de ensino e projetos sociais)
7. Infraestrutura (conservação e zeladoria condominiais, serviços domésticos)
8. Moda (confeção, costura)
9. Design (design de Interiores)
10. Segurança (segurança do trabalho)
11. Produção de alimentos (confeitaria, padaria, açougue)
12. Gestão (serviços administrativos/financeiros, logística, recursos humanos)
13. Comércio (vendas de bens no varejo e atacado, supermercados)
14. Outro (especifique): _____

P05. Qual é a abrangência de atuação da sua empresa?

1. Local (redondezas, bairro)
2. Municipal
3. Estadual
4. Nacional
5. Internacional

P06. Qual é o tipo de clientes que atende?

1. Pessoa física
2. Pessoa jurídica
3. Pessoa física e jurídica

P07. Qual é o número de funcionários? _____

P08. Qual é o nível de escolaridade predominante de seus funcionários?

1. Ensino superior
2. Técnico
3. Ensino médio
4. Ensino fundamental
5. Sem formação

6. Não sei

Demanda

P09. Qual é a profissão ou especialidade mais frequente na sua empresa?

P10. Cite pelo menos uma profissão ou especialidade que você acha mais necessária atualmente na sua empresa.

Não se aplica

P11. Cite pelo menos uma profissão ou especialidade que mais apresenta dificuldades para contratação na sua empresa

Não se aplica

P12. Qual é a principal dificuldade encontrada para o recrutamento de funcionários em sua empresa?

1. Falta de pessoal com conhecimento técnico
2. Falta de pessoal com experiência profissional
3. Baixo número de candidatos
4. Expectativa de salários acima das possibilidades da empresa
5. Problemas de comportamento/postura pessoal
6. Outra (especifique): _____
7. Não tenho dificuldades

Utilização dos serviços do SENAC

P13. Você conhece o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)?

1. Sim
2. Não [encerrar questionário]
3. Não sabe/Não opinou [encerrar questionário]

P14. Você dá preferência à contratação para funcionários qualificados pelo SENAC?

1. Sim
2. Não

P15. A empresa utiliza ou utilizou o SENAC para capacitar os seus funcionários?

1. Sim (responde P15.1)
2. Não. Por quê? _____

P15.1. Se sim, de uma forma geral, qual a avaliação que faz dos cursos que sua empresa já utilizou?

1. Ótimo
2. Bom
3. Regular
4. Ruim

P16. A sua empresa teria interesse em contratar serviços e/ou encaminhar funcionários para cursos no SENAC?

1. Sim
2. Não

**APÊNDICE C – RANKING DO SALDO DE EMPREGO POR OCUPAÇÕES
NOS ANOS DE 2006-2016**

Classificação	Ocupação	Total
1	Operador de Telemarketing Receptivo	3899
2	Vendedor de Comercio Varejista	1103
3	Auxiliar de Escritório, em Geral	1021
4	Repositor de Mercadorias	977
5	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	965
6	Operador de Caixa	911
7	Recepcionista, em Geral	849
8	Faxineiro	801
9	Continuo	549
10	Assistente Administrativo	504
11	Atendente de Lanchonete	485
12	Almoxarife	477
13	Auxiliar de Enfermagem	442
14	Técnico de Enfermagem	374
15	Faxineiro	348
16	Cobrador de Transportes Coletivos (Exceto Trem)	284
17	Porteiro de Edifícios	259
18	Embalador, a Mão	208
19	Cozinheiro Geral	164
20	Armazenista	163
21	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	152
22	Camareiro de Hotel	151
23	Carregador (Armazém)	146
24	Recepcionista de Consultório Médico ou Dentário	143
25	Auxiliar de Contabilidade	140
26	Atendente de Agencia	139
27	Promotor de Vendas	131
28	Atendente de Farmácia - Balconista	130
29	Frentista	126
30	Empregado nos Serviços Gerais	125
31	Garçom	115
32	Secretária Executiva	115
33	Técnico em Administração	102
34	Auxiliar de Cartório	97
35	Atendente de Lojas e Mercados	86
36	Analista de Suporte Computacional	81
37	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	80
38	Atendente Comercial (Agência Postal)	77
39	Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	70
40	Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação	70

Continuação...

41	Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas	69
42	Técnico de Apoio ao Usuário de Informática (<i>Helpdesk</i>)	67
43	Copeiro de Hospital	53
44	Copeiro	52
45	Vendedor em Comércio Atacadista	45
46	Fiscal de Loja	39
47	Costureiro, a Máquina na Confecção em Série	33
48	Ajudante de Confecção	30
49	Esteticista	29
50	Escriturário de Banco	29
51	Bilheteiro no Serviço de Diversões	28
52	Técnico em Segurança no Trabalho	28
53	Promotor de Vendas Especializado	26
54	Cuidador de Idosos	24
55	Auxiliar de Pessoal	23
56	Demonstrador de Mercadorias	23
57	Assistente de Vendas	23
58	Técnico de Alimentos	21
59	Telefonista	21
60	Confeiteiro	19
61	Padeiro	19
62	Auxiliar Farmacêutico	19
63	Empregado Arrumador	18
64	Barman	16
65	Empregado Faxineiro	16
66	Técnico de Redes de Computadores	15
67	Técnico em Laboratório de Farmácia	15
68	Agente de Vendas de Serviços	15
69	Zelador de Edifício	15
70	Caixa de Banco	15
71	Vendedor Ambulante	13

**APÊNDICE D – CURSOS FIC OFERTADOS PELO SENAC POR EIXO
TECNOLÓGICO 2006-2016**

Artesanato	Artesanato com Palha
	Artesanato em Sandálias
	Artesão em Bordado à Mão
	Bordado com Pedrarias
	Bordados com linhas
	Cestaria
	Cestaria em palha
	Cestas decorativas
	Confecção de Elementos Decorativos em Espuma
	Confecção de peças decorativas com jornal
	Criação e Confecção de Bijuterias
	Criação e confecção de caixas e embalagens
	Criação e Montagem de Bijuterias
	Decoração com Balões
	Decoração de Festas Infantis
	Enfeites natalinos
	Montagem de Arranjos Florais
	Pintura em Tecido
	Pinturas especiais em paredes e móveis de madeira e ferro
	Produção de Alimentos
Agente de Alimentação Escolar	
Aperfeiçoamento para garçom - garçonete	
Atualização para padeiros	
Auxiliar de Cozinha	
Auxiliar de Cozinha - Projeto Soldado Cidadão	
Boas Práticas de Higiene e Manipulação de Alimentos	
Bolos e tortas doces	
Bombons e ovos de páscoa	
Bombons e trufas	
Culinária alternativa	
Culinária japonesa	
Culinária mineira	
Decoração Artística de Bolos	
Doces cristalizados	
Higiene e manipulação de alimentos	
Merendeira	
Pães, Roscas e Biscoitos	
Pizzaiolo	
Preparo de Salgados e Canapés	
Quitandas de Minas	

Continuação...

	Saladas
	Salgadeiro
	Salgados e Canapes
	Salgados e doces / serviços de buffet
Informática	ACCESS
	AUTOCAD 2006
	AutoCAD 2D - 2008
	AUTOCAD 2D - 2010
	Computação gráfica - BLENDER
	Construção de web sites - HTML E JAVASCRIPT
	Corel Draw X4
	Digitação
	Domínio e velocidade no teclado do microcomputador
	Editoração eletrônica - DRAW E SCRIBUS
	EXCEL
	Hardware - montagem e manutenção de computadores
	Informática aplicada ao desenho técnico
	Informática básica
	Informática para Maturidade
	Internet
	Introdução a banco de dados - MYSQL
	Introdução à Programação e Hardware
	Montagem e Manutenção de Computadores
	MS Project 2010
	Multimídia na educação - IMPRESS
	OPEN OFFICE CALC
	OPEN OFFICE WRITER
	Operador de Computador
	Pacote Office 2007
	POWER POINT
	Sistema Operacional LINUX
	Sistema Operacional Windows XP
	Windows
	Windows 7
	Windows 8
	Windows XP - professional
	Word
	Word 2000
	Word 2003
	Word 2007
Word 2010	
Word 2013	
Word XP	

Continuação...

Saúde e Beleza	Aperfeiçoamento em coloração e descoloração
	Aperfeiçoamento em corte e escova
	Aperfeiçoamento em maquiagem social
	Automaquiagem
	Cabeleireiro
	Corte e Escova
	Cuidados Especiais com Idosos
	Depilador
	Design de Sobrancelha
	Drenagem linfática facial e corporal
	Esteticista corporal
	Esteticista facial
	Manicure e Pedicure
	Maquiador
	MASSAGEM ANTI-STRESS, corporal e modeladora
	Penteados
	Técnicas de Depilação
	Técnicas de Maquiagem
	Tendências em Coloração e Descoloração
	Tendências em Penteados
Tranças	
Moda	Confecção de peças íntimas
	Confecção de roupas de malhas
	Corte e Costura
	Costureiro
	Costureiro de roupas sob medida
	Costureiro industrial
	Modelista
Turismo	Agente de Informações Turísticas
	Atualização Profissional para Camareira(o)
Gestão	Administração de Conflitos
	Administração financeira para pequena e média empresa
	Assistente administrativo
	Auxiliar administrativo
	Auxiliar de contabilidade
	Auxiliar de Operações em Logística
	Auxiliar de pessoal
	Auxiliar financeiro
	Cadastro, crédito e cobrança
	Contabilidade para não Contadores
	Cooperativismo / associativismo
	Custos e Formação do Preço de Venda
	Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais

Continuação...

	Desenvolvimento de Líderes
	Desenvolvimento em Lideranças
	Gerenciamento de salão de beleza
	Gestão de Compras e Estoque
	Gestão e Liderança de Equipes
	Gestão empreendedora
	Habilidades gerenciais
	Introdução à Gestão de Instituições de Longa Permanência para Idosos
	Organização e Promoção de Eventos
	Relação líder/equipe
	Relações Interpessoais no Trabalho
	Rotinas contábeis
	Rotinas de Pessoal
Atendimento	Balconista de Farmácia
	Cerimonial e Protocolo para Eventos
	Desenvolvimento Profissional para Recepcionistas
	Desenvolvimento Profissional para Secretariado
	Excelência no Atendimento ao Cliente
	Excelência no Atendimento ao Público
	Operador de Teleatendimento
	Operador de telemarketing
	Qualidade no Atendimento ao Público
	Qualidade no Atendimento ao Turista
	Qualidade no atendimento em serviço público
	Recepcionista
	Recepcionista em Meios de Hospedagem
	Recepcionista em Serviços de Saúde
	Técnicas de atendimento para sac
	Técnicas de Recepção em Meios de Hospedagem
	Técnicas de Telemarketing
	Telemarketing avançado
Vendas	Competências para vender e vencer
	Excelência em vendas
	Frentista
	Operador de Caixa
	Promotor de Vendas
	Técnicas de vendas
	Técnicas para operação de caixa
	Vendedor
	Vitrinista
Conservação e Zeladoria	Técnicas de limpeza e organização de ambientes
	Camareira em meios de hospedagem
	Serviços domésticos

**APÊNDICE E – RANKING DAS VAGAS DE EMPREGO POR OCUPAÇÕES
NOS ANOS DE 2006-2016**

Classificação	Ocupação	Total
1	Auxiliar de Escritório, em Geral	987
2	Empregado nos Serviços Gerais	794
3	Vendedor de Comércio Varejista	694
4	Assistente Administrativo	678
5	Vendedor Pracista	588
6	Operador de Caixa	503
7	Recepcionista, em Geral	421
8	Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	402
9	Almoxarife	248
10	Cozinheiro Geral	221
11	Operador de Telemarketing Receptivo	201
12	Garçom	151
13	Auxiliar nos Serviços de Alimentação	143
14	Promotor de Vendas	142
15	Auxiliar de Contabilidade	134
16	Faxineiro	112
17	Costureiro, a Máquina na Confecção	105
18	Atendente de Lanchonete	99
19	Técnico em Segurança no Trabalho	88
20	Repositor de Mercadorias	84
21	Porteiro de Edifícios	70
22	Padeiro	66
23	Atendente de lojas e mercados	65
24	Costureiro na Confecção	64
25	Contínuo	59
26	Cuidador de Idosos	55
27	Auxiliar de Pessoal	53
28	Confeiteiro	53
29	Camareiro	43
30	Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	42
31	Carregador (Veículos de Transportes Terrestre)	36
32	Frentista	35
33	Embalador, a Mão	33
34	Agente de Vendas de Serviços	24
35	Técnico de Enfermagem	22